

Cândido Rangel Dinamarco

***INSTITUIÇÕES DE
DIREITO PROCESSUAL CIVIL***

VOLUME I

*9ª edição, revista e atualizada
segundo o novo Código de Processo Civil
e de acordo com a Lei 13.256, de 4.2.2016*

 **MALHEIROS
EDITORES**

Instituições de Direito Processual Civil

© CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO

*1ª ed., 2001; 2ª ed., 2002; 3ª ed., 2003; 4ª ed., 2004; 5ª ed., 2005;
6ª ed., 2009; 7ª ed., 2013; 8ª ed., 2016.*

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.*

*Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP*

Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495

URL: www.malheiroseditores.com.br

e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição: PC Editorial Ltda.

Capa

Criação: Vânia Lúcia Amato

Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

07.2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D583i Dinamarco, Cândido R. (Cândido Rangel), 1937-.
Instituições de direito processual civil : volume I /
Cândido Rangel Dinamarco. – 9. ed., rev. e atual. segundo o
Novo Código de Processo Civil. – São Paulo : Malheiros, 2017.
912 p. ; 21 cm.

ISBN 978-85-392-0382-6 – ISBN 978-85-7420-938-8 (Obra
completa)

1. Processo civil - Brasil. I. Título.

CDU 347.91/.95(81)

CDD 347.8105

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo civil : Brasil 347.91/.95(81)

(Biblioteca responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

110585

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	25
-----------------------	----

INTRODUÇÃO

O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO E A ORDEM PROCESSUAL CIVIL VIGENTE

Esclarecimento ao leitor	33
Em busca do modelo processual civil brasileiro – o papel do novo Código de Processo Civil	34
Antecedentes – entre o Código de Processo Civil de 1939 e o de 1973 – permanência do mesmo modelo processual	34
Alterações ulteriores no modelo processual civil brasileiro – as <i>Reformas</i> e a Lei do Cumprimento de Sentença	37
As ondas renovatórias e a legislação extravagante – pequenas causas, meio-ambiente e consumidor – o processo coletivo	40
As origens do novo Código – a Comissão de Juristas e o anteprojeto ...	41
Os propósitos explícitos da Comissão indicados na Exposição de Motivos e as linhas fundamentais das inovações propostas	42
A obcecada busca da celeridade	43
Eliminação de incidentes e casos de suspensão do processo	44
Adaptações do procedimento e da relação processual	45
Cooperação, diálogo, arbitragem, autocomposição – o novo modelo processual	46
A estrutura do novo Código	49
Impropriedades sistemáticas na estrutura do novo Código	50
Institutos suprimidos, institutos acrescentados, institutos reformados e dúvidas resolvidas	52
Supressões	52
Institutos e técnicas acrescidos	58
Novas conceituações e nova disciplina de certos institutos	66
Esclarecimento de dúvidas e questões controvertidas	71

Linguagem – redação aprimorada	76
Linguagem – dificuldades, opções do legislador e imperfeições	81
<i>Legem habemus</i>	85

LIVRO I – OS FUNDAMENTOS E AS INSTITUIÇÕES FUNDAMENTAIS

TÍTULO I – o direito processual civil

Capítulo I – as grandes premissas

1. características e tendências do processo civil contemporâneo – o novo Código de Processo Civil brasileiro e a legislação extravagante	89
2. solução imperativa de conflitos	96
3. o direito processual civil	99
4. direito formal, sem formalismo – as formas processuais como penhor da segurança e liberdade das partes	100
5. direito processual e direito material	102
6. dois planos distintos	104
7. o direito processual material	105
8. institutos processuais particularmente influenciados pelo direito material	110
9. ramo do direito público	111
10. o processo como ramo do direito público e a (relativa) indisponibilidade das situações processuais	112
11. denominação	115
12. a ciência processual civil	116
13. a teoria geral do processo	117
14. direito processual constitucional	119
15. direito processual civil internacional	120
16. direito processual civil comparado	122
17. o ramo jurídico, a técnica, a ciência e a arte	123
18. o vocabulário da ciência processual e o necessário emprego da linguagem adequada	125
19. instrumento ético e não puramente técnico	128

Capítulo II – a lei processual civil – conceito, objeto e dimensões

20. a norma processual civil e seu objeto	131
21. normas processuais e normas procedimentais	134
22. as normas processuais como normas secundárias	136
23. normas processuais civis cogentes ou dispositivas	137
24. fontes formais da norma processual civil	139
25. a Constituição Federal	140
26. tratados internacionais	141
27. a lei	143

28.	leis federais ordinárias	145
29.	leis complementares federais	147
30.	Constituições e leis estaduais	148
31.	regimentos internos dos tribunais	150
32.	as leis da arbitragem e da mediação	151
33.	a jurisprudência como fonte do direito? uma questão polêmica a ser decidida com fundamento no direito positivo	156
34.	a jurisprudência como fonte do direito segundo o ordenamento jurídico brasileiro da atualidade	158
35.	as súmulas vinculantes	162
36.	repercussão geral e julgamento de recursos repetitivos	165
37.	conhecimento da lei processual	166
38.	interpretação e integração da lei processual civil	166
39.	as dimensões da lei processual civil: normas de superdireito	170
40.	dimensão espacial da lei processual civil: territorialidade	171

**Capítulo III – o Código de Processo Civil de 2015
e direito intertemporal**

41.	dimensão temporal da lei processual civil: vigência e eficácia	177
42.	início e fim da vigência da lei processual civil	178
43.	eficácia da lei processual civil no tempo – regras gerais	179
44.	a irretroatividade das leis processuais e sua aplicação aos processos pendentes	181
45.	regras gerais de direito processual civil intertemporal	183
46.	a vigência do novo Código de Processo Civil e a revogação do antigo – a regência dos fatos ulteriores pela lei nova – ressalvas ..	185
47.	preservação da garantia de tutela jurisdicional (remissão ao <i>direito processual material</i>)	189
48.	irretroatividade da jurisprudência	191

TÍTULO II – o acesso à justiça e a tutela jurisdicional

Capítulo IV – os conflitos e a ordem jurídica justa

49.	tutela jurisdicional a pessoas ou grupos – ao autor ou ao réu – contra o <i>processo civil do autor</i>	194
50.	processo civil de resultados	198
51.	sistema de promessas e limitações	199
52.	a universalização da tutela jurisdicional e as ondas renovatórias ..	203
53.	acesso à justiça	205
54.	os conflitos (crises jurídicas)	208
55.	meios alternativos de acesso à justiça	210
56.	equivalência funcional – o valor social da conciliação, da mediação e da arbitragem	214

Capítulo V – os escopos do processo civil e a técnica processual

57.	superação da visão puramente jurídica do processo civil	218
58.	o fundamental escopo social: pacificação	220
59.	outro escopo social: educação	222
60.	escopos políticos	223
61.	o escopo jurídico do processo civil – as teorias unitária e dualista do ordenamento jurídico	225
62.	escopos do processo civil e técnica processual	230
63.	os processos, provimentos e procedimentos como <i>técnicas</i>	231
64.	equilíbrio entre exigências contrapostas	234
65.	certeza, probabilidade e risco em direito processual civil	237

Capítulo VI – espécies de tutelas jurisdicionais e a realidade dos conflitos

66.	as situações da vida, o direito substancial e as técnicas processuais	240
67.	provimentos jurisdicionais	241
68.	as crises jurídicas e as tutelas cognitiva e executiva	243
69.	tutela preventiva, reparatória ou sancionatória – tutela inibitória – tutela específica ou inespecífica (ressarcitória)	247
70.	entre a tutela individual e a coletiva	250
71.	meios processuais adequados	251
72.	as tutelas provisórias segundo o Código de Processo Civil	253
73.	tutelas jurisdicionais de urgência	254
74.	tutela da evidência	258
75.	tutelas jurisdicionais diferenciadas – cognição sumária	261
76.	escolha da tutela jurisdicional adequada	262
77.	espécies de processos	264
78.	disponibilidade e indisponibilidade nas escolhas	266
79.	o acesso à justiça pelos meios alternativos de solução de conflitos – a tutela jurisdicional arbitral	267

Capítulo VII – a tutela jurisdicional coletiva e o processo coletivo

80.	visão institucional e origens	269
81.	os processos coletivos na legislação extravagante ao Código de Processo Civil	271
82.	as ações civis públicas	273
83.	o microsistema da tutela coletiva	277
84.	a tutela jurisdicional coletiva e os institutos fundamentais do processo civil	278
85.	o âmbito de atuação das tutelas coletivas – direito de ação e interesse de agir (interesse-adequação) – direitos e interesses supra-individuais	278

86.	substituição processual, efeitos da sentença e coisa julgada	279
87.	jurisdição e competência	280
88.	as defesas admissíveis	281
89.	características do processo coletivo – o procedimento comum	282
90.	a sentença e seus possíveis efeitos	282

TÍTULO III – o processo civil brasileiro

Capítulo VIII – o modelo processual civil brasileiro

91.	sistema processual e modelo processual	284
92.	o direito processual civil e o mito das <i>famílias do direito</i>	285
93.	elementos relevantes para a identificação do modelo processual civil	286
94.	o pensamento jurídico-processual brasileiro	287
95.	elementos para a identificação do modelo processual civil brasileiro no plano constitucional e no técnico-processual	291
96.	o modelo constitucional do processo civil brasileiro	294
97.	o modelo infraconstitucional do processo civil brasileiro (técnico-operacional)	297

Capítulo IX – processo civil comparado

98.	modelos processuais e o interesse pela comparação jurídica	301
99.	uma relevante peculiaridade do direito processual	302
100.	o direito comparado como método científico	305
101.	o direito processual civil comparado	305
102.	cauteladas nas comparações processuais	306
103.	diversidade das fontes formais do direito processual	307
104.	diferentes regras sobre as fontes substanciais de direito processual	308
105.	organização judiciária	309
106.	a índole do direito processual brasileiro	310
107.	diversidade de conceitos	311
108.	a essência do direito processual civil comparado	315

Capítulo X – os fundamentos constitucionais: princípios e garantias do processo civil

109.	processo e Constituição – o direito processual constitucional	316
110.	valor sistemático dos princípios – o processo como direito público	319
111.	tutela constitucional do processo civil – princípios e garantias constitucionais	322
112.	princípios gerais e regras técnicas – os <i>princípios formativos do processo</i>	324
113.	os princípios constitucionais do processo civil (<i>princípios gerais</i>)	326
114.	princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	328
115.	direitos subjetivos e interesses legítimos	330

116.	a imparcialidade do juiz e as garantias do juiz natural	330
117.	o juiz natural	333
118.	princípio da igualdade	337
119.	a garantia constitucional da igualdade e os privilégios do Estado no processo civil brasileiro	340
120.	o princípio do contraditório e sua dupla destinação	343
121.	contraditório e partes	344
122.	o contraditório na execução	348
123.	contraditório e tutela coletiva	349
124.	contraditório e juiz	350
125.	princípio da liberdade das partes	355
126.	a liberdade, a disponibilidade da tutela jurisdicional e o valor do princípio inquisitivo	363
127.	princípio da publicidade dos atos processuais	364
128.	princípio do duplo grau de jurisdição – dupla vertente	367
129.	princípio do duplo grau de jurisdição – acesso aos tribunais	368
130.	princípio do duplo grau de jurisdição – evitar saltos de jurisdição	371
131.	exigência constitucional de motivação das sentenças e demais decisões judiciais	374
132.	a convergência dos princípios e garantias constitucionais do processo civil: devido processo legal	377
133.	o acesso à justiça como princípio-síntese e objetivo final	380
134.	interpretação sistemática e evolutiva dos princípios e garantias constitucionais do processo civil	380
135.	tutela jurisdicional aos princípios e garantias constitucionais do processo civil	383

Capítulo XI – passado, presente e futuro do direito processual civil brasileiro: tendências

136.	três fases metodológicas na história do processo civil	386
137.	os grandes mestres de direito processual civil (panorama internacional)	390
138.	a ciência processual civil brasileira na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX	401
139.	Liebman, a <i>Escola Processual de São Paulo</i> e o moderno processo civil brasileiro – processualistas civis brasileiros do passado e do presente	406
140.	sucessão histórica das fontes formais do direito processual civil brasileiro	417
141.	entre o Código de 1939 e o de 1973 – dois Códigos substancialmente análogos	419

142.	o constitucionalismo e a abertura para a perspectiva metajurídica do processo civil (a sétima fase da história do processo civil brasileiro)	422
143.	influências do processo civil da <i>common law</i> e os reflexos de uma integração latino-americana	424
144.	o Código de Processo Civil de 2015 e a oitava fase do processo civil brasileiro	429
145.	tendências modernas do processo civil brasileiro: prognósticos e aspirações	431

TÍTULO IV – os institutos fundamentais

Capítulo XII – institutos fundamentais do direito processual civil (categorias processuais)

146.	dos fundamentos aos institutos fundamentais	439
147.	jurisdição	440
148.	processo	441
149.	o objeto do processo e a lide	442
150.	ação e defesa	443
151.	demanda	445
152.	a jurisdição como instituto central do sistema	445
153.	os meios externos (provas e bens)	446
154.	coisa julgada	448

LIVRO II – A FUNÇÃO DO ESTADO NO PROCESSO: JURISDIÇÃO

TÍTULO V – jurisdição e poder

Capítulo XIII – a jurisdição civil

155.	conceito – a jurisdição no quadro do poder estatal	453
156.	inevitabilidade	456
157.	definitividade (imunidade)	458
158.	atividade secundária ou primária	460
159.	dimensões da jurisdição	462
160.	espécies da jurisdição estatal	464
161.	jurisdição voluntária	464
162.	jurisdição civil ou penal	469
163.	jurisdição comum ou especial	469
164.	jurisdição inferior ou superior	470
165.	jurisdição de direito ou de equidade	471
166.	unidade da jurisdição estatal e pluralidade dos órgãos que a exercem: competência	473

167.	territorialidade das normas sobre a jurisdição e seu exercício	474
168.	o Estado-juiz e os juizes no exercício da jurisdição	475
169.	impessoalidade, imparcialidade e indelegabilidade	476
170.	poderes e deveres do juiz no exercício da jurisdição	479
171.	limitações à jurisdição estatal e ao seu exercício – territorialidade	480
172.	a jurisdição e as súmulas vinculantes	481
173.	entre a jurisdição estatal e os meios alternativos de solução de conflitos	483

Capítulo XIV – meios alternativos de solução de conflitos

174.	os meios alternativos de solução de conflitos (arbitragem, mediação e conciliação)	484
175.	os meios alternativos de solução de conflitos e o conceito de jurisdição	488
176.	autocomposição e heterocomposição	488
177.	a solução dos conflitos pela via da arbitragem	489
178.	a solução dos conflitos pelas técnicas da conciliação ou da mediação	493
179.	a conciliação e a mediação – distinções e convergências	495

Capítulo XV – a jurisdição estatal e os demais Estados soberanos: competência internacional e cooperação internacional

180.	a competência internacional no quadro do direito processual internacional	499
181.	autolimitação do poder por normas de direito interno	500
182.	exclusão por inviabilidade	502
183.	exclusões da competência do juiz brasileiro, impostas pela legislação de outros países	503
184.	exclusão por falta de interesse	504
185.	exclusão por razões de convivência internacional	505
186.	a competência do juiz brasileiro	506
187.	competência internacional concorrente	508
188.	domicílio do réu	509
189.	domicílio ou residência do credor (ações de alimentos)	510
190.	domicílio ou residência do credor em caso de devedor com vínculos patrimoniais no Brasil (ações de alimentos)	511
191.	país de cumprimento da obrigação	511
192.	atos praticados no Brasil ou fatos aqui ocorridos	512
193.	domicílio ou residência do consumidor	512
194.	competência internacional exclusiva	513
195.	imóveis situados no Brasil	513

196.	confirmação de testamento particular, inventário e partilha (em sucessão hereditária)	514
197.	prorrogação da competência internacional brasileira	514
198.	extinção do processo	518
199.	litispendência estrangeira	518
200.	os limites territoriais da competência do juiz brasileiro no plano internacional e a cooperação jurídica internacional	521
201.	a cooperação <i>jurisdicional</i> e as cartas rogatórias	524
202.	o auxílio direto	524
203.	medidas urgentes concedidas por juiz estrangeiro	526
204.	competência internacional e direito substancial estrangeiro	527

***TÍTULO VI – órgãos e organismos encarregados
da jurisdição estatal***

***Capítulo XVI – os órgãos da jurisdição e sua independência:
organização judiciária***

205.	conceito e enquadramento sistemático – a tutela constitucional da organização judiciária	529
206.	o Judiciário entre os <i>Poderes do Estado</i>	531
207.	linhas mestras da organização judiciária	533
208.	o conteúdo substancial das normas de organização judiciária	536
209.	competência legislativa	536
210.	a Justiça e a Magistratura	537
211.	autonomia do Poder Judiciário e independência dos juízes	539
212.	períodos de trabalho forense	542

***Capítulo XVII – os órgãos da jurisdição estatal:
estrutura judiciária brasileira***

213.	número fechado de órgãos jurisdicionais	545
214.	dimensões da estrutura judiciária brasileira	547
215.	estrutura judiciária: o modelo brasileiro	549
216.	órgãos de convergência e órgãos de superposição	551
217.	as Justças e sua estrutura	552
218.	as descentralizações determinadas pela Constituição Federal	555
219.	juízos singulares na jurisdição civil inferior	556
220.	a composição dos tribunais	557
221.	a divisão judiciária brasileira: linhas gerais	559
222.	conceito de foro	561
223.	os foros em segundo grau de jurisdição	562
224.	os foros em primeiro grau de jurisdição	563

225. juízos	565
226. juízos da mesma espécie ou de espécies diferentes	566
227. foros regionais, varas distritais e justiças itinerantes	567

Capítulo XVIII – o estatuto constitucional da Magistratura e a independência dos juízes

228. o estatuto constitucional da Magistratura	569
229. as carreiras judiciárias	570
230. recrutamento de juízes	572
231. o ingresso nas carreiras judiciárias: concurso	573
232. outros modos de recrutamento	573
233. o <i>quinto constitucional</i>	575
234. diferentes níveis ou classes	575
235. promoções alternadas por merecimento e por antiguidade	576
236. remoções	578
237. garantias dos juízes	579
238. a tríplice garantia, sua legitimidade democrática e sua relatividade	580
239. vitaliciedade	581
240. inamovibilidade	582
241. irredutibilidade de vencimentos	583
242. impedimentos dos juízes (imparcialidade)	584
243. deveres e responsabilidades do juiz	587
244. síntese das garantias, impedimentos e deveres	588
245. a independência funcional do juiz	589
246. o controle da Justiça e da Magistratura – o Conselho Nacional de Justiça e as Ouvidorias de Justiça	590
247. Escolas da Magistratura	593

TÍTULO VII – a distribuição do exercício da jurisdição estatal: competência

Capítulo XIX – o exercício da jurisdição estatal: competência (teoria geral)

248. a disciplina da matéria no novo Código de Processo Civil (em comparação com o anterior)	594
249. competência – conceito e fundamentos – unidade da jurisdição e pluralidade dos órgãos que a exercem	596
250. concretização da jurisdição	599
251. normas sobre a competência	600
252. a determinação da competência: problemas a resolver	603

253.	a determinação da competência: critérios – elementos da demanda e do processo (<i>in statu assertionis</i>)	605
254.	elementos da demanda	607
255.	partes	608
256.	causa de pedir	609
257.	pedido	610
258.	o pedido e o processo	610
259.	a natureza do processo	611
260.	peculiaridades do procedimento	612
261.	a interligação funcional entre processos	612
262.	associação de fatores	614
263.	fatores convergentes ou divergentes	615
264.	determinação da competência recursal	616
265.	competência funcional	618
266.	competência <i>ratione materiae</i> , <i>ratione loci</i> ou <i>ratione personæ</i> ...	622
267.	o esquema de Chiovenda no Código de Processo Civil de 1973 ..	623
268.	a distribuição da matéria no Código vigente – cinco critérios básicos	625
269.	prorrogação da competência relativa	626
270.	prevenção	627
271.	controle da competência	629
272.	controle da competência: conflito de competência	631
273.	controle da competência absoluta dos tribunais: reclamação	633
274.	controle da competência absoluta e da relativa: confrontos	634
275.	deslocamento da competência (direitos humanos)	635
276.	o incidente de assunção da competência	636
277.	incompetência	637
278.	foro, fórum, jurisdição, juízo, competência originária, Justiça competente	638
Capítulo XX – competência dos Tribunais de superposição		
279.	os Tribunais de superposição e sua razão de ser (remissão)	640
280.	tríplice competência – o Supremo Tribunal Federal, <i>guarda da Constituição</i>	641
281.	as missões político-institucionais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	643
282.	a competência originária do Supremo Tribunal Federal	646
283.	a competência originária do Superior Tribunal de Justiça	649
284.	a competência recursal do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	652
Capítulo XXI – competência da Justiça comum		
285.	competência de jurisdição	656

286.	Justiça comum e Estado federado	657
287.	competência da Justiça Federal	658
288.	competência dos juízos federais de primeiro grau	658
289.	competência civil dos juízos federais de primeiro grau: a União e suas emanações como partes	659
290.	competência civil dos juízos federais de primeiro grau: mandado de segurança contra ato de autoridade federal	659
291.	competência civil <i>ratione personæ</i> dos juízos federais de primeiro grau: exclusões e ressalvas	660
292.	juízes estaduais de primeiro grau no exercício da competência civil da Justiça Federal	662
293.	outros casos de competência civil dos juízos federais de primeiro grau	665
294.	competência civil dos Tribunais Regionais Federais	667
295.	competência civil residual das Justiças Estaduais e da Justiça do Distrito Federal e Territórios	668
296.	competência dos juízes estaduais de primeiro grau (regras aplicáveis também aos juízes do Distrito Federal)	669
297.	competência dos juzizados especiais cíveis	669
298.	competência civil dos tribunais estaduais	671
299.	verificação da competência de jurisdição	675

Capítulo XXII – competência civil territorial

300.	a disciplina da matéria no novo Código de Processo Civil (em comparação com o anterior)	678
301.	conceito de competência territorial	679
302.	fatores de ligação entre a causa e o foro	680
303.	foro comum e foros especiais	682
304.	foros concorrentes	684
305.	foros subsidiários	685
306.	renúncia da lei à determinação do foro competente	686
307.	o foro comum no processo civil brasileiro	687
308.	a dimensão do foro comum (causas abrangidas)	689
309.	domicílio	690
310.	domicílio legal das pessoas naturais	692
311.	falsos foros especiais: incapaz, ausente, pessoa jurídica, agências ou sucursais e atos de gerência	693
312.	foros comuns concorrentes	696
313.	concurso entre foro comum e foro especial	697
314.	foros especiais concorrentes entre si	698
315.	foros subsidiários do comum	699

316.	foros especiais: domicílio do guardião do filho incapaz (ações de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável)	701
317.	foros especiais: último domicílio do casal	703
318.	foros especiais: domicílio ou residência do alimentando	704
319.	causas em que a União é parte como autora ou como ré	704
320.	cont.: Fazenda Nacional – a dimensão desse conceito	707
321.	cont.: entidades federais como partes perante juízos estaduais	708
322.	os Estados federados e o Distrito Federal	709
323.	foros especiais: situação do imóvel (<i>forum rei sitæ</i>)	711
324.	foro da situação do imóvel: causas conexas	713
325.	foro da situação do imóvel: <i>ações possessórias</i>	714
326.	foro da situação do imóvel: indisponibilidade do foro – ressalvas	716
327.	foro da situação do imóvel: imóvel em mais de um foro (foros concorrentes)	718
328.	foro da situação do imóvel: o problema das <i>execuções hipotecárias</i>	719
329.	foros especiais: lugar do cumprimento da obrigação (<i>forum destinatæ solutionis</i>)	721
330.	foros especiais: lugar do ato ou do fato	724
331.	foro do lugar do fato: demandas reparatórias em geral (<i>forum delicti commissi</i>)	725
332.	foro do lugar do fato ou do domicílio do autor: crimes e acidentes de veículos (concurso de foros especiais)	727
333.	ainda o lugar do ato ou do fato: mandato ou gestão de negócios (<i>forum gestæ administrationis</i>)	730
334.	ações coletivas	732
335.	juizados especiais cíveis – federais e estaduais	733
336.	foros especiais: inventários e partilhas	736
337.	causas correlatas ao inventário	738
338.	inventários, partilhas e causas correlatas: normas exclusivamente de competência territorial	739
339.	foros especiais: o lugar do principal estabelecimento (falências e recuperações judiciais)	741
340.	causas deslocadas para a Justiça Federal (Const., art. 109, § 5º) ..	743

Capítulo XXIII – competência de juízo

341.	conceito	745
342.	competência de juízo originária (inicial)	746
343.	fontes legislativas	746
344.	competência de juízo em primeiro grau de jurisdição: órgãos da mesma espécie ou de espécies diferentes	748
345.	critérios de determinação da competência de juízo	749

346. critérios usualmente adotados	750
347. causas conexas	752

Capítulo XXIV – competência interna dos tribunais

348. conceito	754
349. fontes normativas	755
350. competência interna nos tribunais em geral	756
351. competência interna no Supremo Tribunal Federal	758
352. competência interna no Superior Tribunal de Justiça	758
353. competência interna nos Tribunais Regionais Federais e nos Tribunais de Justiça	760
354. competências absolutas, salvo causas conexas	764
355. prevenções	765

Capítulo XXV – competência absoluta ou relativa

356. a disciplina da matéria no novo Código de Processo Civil – visão de conjunto	766
357. competência absoluta e competência relativa – conceitos	767
358. duas fundamentais razões divergentes de política legislativa	768
359. a prorrogação da competência e as normas que a disciplinam (normas modificadoras da competência)	771
360. prorrogabilidade da competência por vontade das partes, uma projeção do princípio constitucional da liberdade	773
361. competência absoluta ou relativa no sistema do Código de Processo Civil	774
362. a competência relativa no sistema do Código de Processo Civil ..	776
363. a <i>relatividade da relatividade</i>	777
364. prorrogação da competência relativa: hipóteses	778
365. conexidade entre demandas	778
366. prorrogação da competência por conexidade: razões de ordem pública, competência absoluta	779
367. prorrogação da competência territorial por conexidade ou continência: regra de aplicação geral	783
368. prorrogação da competência por conexidade ou continência: causas e recursos excluídos (remissão)	783
369. casos particulares de prorrogação da competência territorial por conexidade ou continência	785
370. a prorrogação da competência dos tribunais	786
371. prorrogação da competência territorial por eleição de foro	787
372. eleição de foro: dimensão objetiva de sua eficácia	788
373. eleição de foro: neutralização de sua eficácia por outros fatores mais poderosos de modificação da competência	791

374.	eleição de foro: dimensão subjetiva de sua eficácia	793
375.	prorrogação da competência territorial por vontade unilateral do autor (foro do domicílio do réu)	794
376.	prorrogação da competência territorial por falta de oportuna alegação de incompetência (CPC, art. 65)	798
377.	a competência absoluta no sistema do Código de Processo Civil .	800
378.	competências constitucionais: absolutas	802
379.	competências absolutas extralegais	804
380.	o regime jurídico da competência absoluta	805
381.	declaração de-ofício (art. 64, § 1º)	806
382.	alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição (art. 64, § 1º)	808
383.	o regime jurídico da competência relativa	810
384.	competência de juízo: absoluta ou relativa?	812
385.	competência de juízo <i>ratione materiae</i> ou <i>ratione personae</i> : absolutas	814
386.	competência de juízo por valor: relativa	815
387.	síntese da disciplina da competência absoluta e da relativa	816

Capítulo XXVI – prevenção

388.	a disciplina da matéria no novo Código de Processo Civil	820
389.	a prevenção e as normas de concentração da competência	821
390.	prevenção originária e prevenção expansiva	823
391.	a distribuição por dependência, um braço operacional do instituto da prevenção	824
392.	prevenção originária pela distribuição ou registro da demanda	825
393.	extinção dos efeitos da prevenção – o exaurimento da competência (CPC, art. 494)	828
394.	prevenção de um dos foros concorrentes	831
395.	prevenção para causas conexas, no mesmo foro ou em foros diferentes	831
396.	prevenção para causas incidentes ao processo	833
397.	prevenção e competência funcional	834
398.	prevenção abrangendo <i>ações principais</i> e <i>ações acessórias</i>	835
399.	prevenção nos tribunais	837
400.	prevenção para a fase de cumprimento de sentença	838

Capítulo XXVII – competência dos foros regionais

401.	critérios variados para a determinação da competência dos foros regionais – três categorias de causas	840
402.	competência de juízo e competência de foro	842
403.	competência absoluta ou relativa	843

404. normas estaduais de determinação da competência dos foros regionais e normas federais que regem as modificações da competência 845

TÍTULO VIII – o exercício da jurisdição civil: serviços paralelos

Capítulo XXVIII – atividades paralelas ao exercício da jurisdição

405. a insuficiência da atividade jurisdicional 848
406. serviços complementares e *funções essenciais à justiça* 849

***Capítulo XXIX – serviços complementares à jurisdição:
os auxiliares da Justiça***

§ 1º – conceitos e disciplina geral

407. os serviços complementares: variedade e diversidade 851
408. os auxiliares da Justiça e seu regime jurídico geral 852
409. dever de imparcialidade, recusa, responsabilidade administrativa e responsabilidade civil 853
410. presunção de veracidade (fé-pública) 855
411. fontes legislativas 856
412. o regime jurídico-processual dos serviços complementares 857
413. os serviços complementares e os sujeitos que os realizam 859
414. os funcionários e órgãos do *foro extrajudicial* não são auxiliares da Justiça 863

§ 2º – auxiliares permanentes da Justiça

415. o escrivão ou chefe de secretaria e seus auxiliares, os escreventes 863
416. o oficial de justiça 865
417. o porteiro 867
418. o distribuidor 867
419. o contabilista (ou contador) 868
420. o partidor 868
421. o depositário público 869
422. o administrador-depositário 870

§ 3º – auxiliares eventuais da Justiça (de encargo judicial)

423. o perito 871
424. o avaliador e o arbitrador 873
425. o inventariante 874
426. o administrador (na falência ou recuperação judicial) 874

§ 4º – auxiliares eventuais da Justiça (órgãos extravagantes)

427. entidades não vinculadas ao Poder Judiciário 875
428. a categoria dos auxiliares parajurisdicionais 878
429. o conciliador e o mediador 879
430. o juiz leigo 880

Capítulo XXX – funções essenciais à justiça: o Ministério Público

431. Ministério Público – valores democráticos e interesse público	881
432. as funções institucionais e os impedimentos fundamentais da Instituição	882
433. a legitimidade do Ministério Público em normas infraconstitucionais	885
434. posição institucional	887
435. garantias e impedimentos – princípios – responsabilidade	889
436. o controle do Ministério Público – o Conselho Nacional e as Ouvidorias do Ministério Público	892
437. organização institucional	892

Capítulo XXXI – funções essenciais à justiça: o advogado

438. o advogado, suas atividades privativas e sua indispensabilidade	894
439. o estágio, o estagiário e sua parcial capacidade postulatória	896
440. o advogado e o cliente: o mandato e a procuração	898
441. direitos e prerrogativas, deveres e responsabilidade – ética profissional	900
442. o advogado-empregado	902
443. as sociedades de advogados	904
444. a Ordem dos Advogados do Brasil	905

Capítulo XXXII – outras funções essenciais à justiça

445. funções desempenhadas por advogados	907
446. Defensorias Públicas	908
447. a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria da Fazenda Nacional	909
448. as Procuradorias dos Estados e a Procuradoria do Distrito Federal	910

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO

Volume II

com a participação de
Daniel Menegassi Zotareli

9^a EDIÇÃO
Revista e atualizada

2023

1ª edição, 08.2001; 2ª edição, 03.2002; 3ª edição, 02.2003;
4ª edição, 01.2004; 5ª edição, 03.2005; 6ª edição, 04.2009;
7ª edição, 02.2017; 8ª edição, 06.2019.



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757

Contatos: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>
malheiroseditores@terra.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM e Malheiros Editores

Diagramação: PC Editorial Ltda

Capa: Ana Caquetti

D583i Dinamarco, Cândido Rangel
Instituições de Direito Processual Civil v.II / Cândido Rangel Dinamarco – 9. ed.,
rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.
816 p.
(Coedição Malheiros)

Inclui Bibliografia.
ISBN: 978-85-442-4398-5.

1. Direito Processual Civil. 2. Instituições. I. Dinamarco, Cândido Rangel. II.
Título.

CDD 341.46

Bibliotecária Responsável
Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM e Malheiros Editores.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LIVRO III – O MÉTODO DE EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO IX – processo civil: conceito e função

Capítulo XXXIII – o conceito de processo e seu regime jurídico

449. três acepções do vocábulo <i>processo</i>	23
450. o processo como categoria jurídica (segunda acepção): uma entidade complexa	25
451. relação jurídica processual e contraditório	28
452. procedimento e devido processo legal	30
453. interação entre procedimento e relação jurídica processual	31
454. a legitimação pelo contraditório e pelo devido processo legal (<i>supra</i> , nn. 120 ss.)	33
455. regime jurídico do processo (devido processo legal <i>processual</i>) ..	33

Capítulo XXXIV – espécies de processos e seus resultados (o processo e a vida dos direitos)

456. os resultados institucionais do processo	35
457. os direitos, as pessoas e os bens	36
458. diferentes técnicas processuais	38
459. escolhas adequadas	41

TÍTULO X – formação do processo civil e litispendência

Capítulo XXXV – a formação do processo civil e a litispendência

460. formação, suspensão e extinção do processo civil – ideias gerais	43
461. a formação do processo sincrético brasileiro e a passagem de uma fase a outra	44
462. a inércia do juiz, o princípio da demanda e a iniciativa de parte ...	46
463. iniciativa de parte	49

464.	petição <i>endereçada ao juiz</i>	50
465.	os requisitos formais da demanda e a formação do processo ou instauração de nova fase	51
466.	a formação da fase de cumprimento de sentença – a fase de liquidação	53
467.	a litispendência	54
468.	citação válida	55
469.	o momento de formação do processo	57
470.	efeitos substanciais e processuais da litispendência em relação ao autor ou ao réu	60
471.	a litispendência e a máxima <i>electa una via ad alteram non datur regressus</i>	62
472.	efeitos da litispendência em relação a terceiros	64
473.	pressupostos processuais e formação do processo	66
474.	formação do processo arbitral	68

Capítulo XXXVI – efeitos processuais da litispendência

475.	a chamada <i>exceção de litispendência</i>	70
476.	litispendência e fase de cumprimento de sentença	73
477.	regime jurídico (prioridade pela citação)	74
478.	regime jurídico (controle de ofício)	75
479.	prevenção do juízo	76
480.	perpetuação da competência	77
481.	estabilização da demanda	77
482.	estabilização objetiva (pedido ou causa de pedir)	79
483.	estabilização subjetiva	81
484.	estabilização da causa de pedir – ressalvas e esclarecimentos	84
485.	suspensão de outro processo (causa prejudicial)	88
486.	efeitos processuais da litispendência arbitral – a chamada exceção de litispendência (<i>supra</i> , nn. 475-478)	91
487.	efeitos processuais da litispendência arbitral – prevenção do árbitro (<i>supra</i> , n. 479)	92
488.	efeitos processuais da litispendência arbitral – estabilização da demanda (<i>supra</i> , n. 481)	92
489.	efeitos processuais da litispendência arbitral – suspensão de outro processo (<i>supra</i> , n. 485)	94
490.	efeitos processuais da pendência do processo coletivo	94

Capítulo XXXVII – efeitos substanciais da litispendência

491.	litigiosidade da coisa	97
492.	interrupção da prescrição	101
493.	interrupção da decadência (ou: cessação da fluência dos prazos decadenciais)	103

494.	a validade da citação e as dimensões de sua eficácia interruptiva	104
495.	citação ordenada por juiz incompetente	109
496.	reinício da fluência do prazo prescricional	109
497.	novas iniciativas necessárias sob pena de prescrição	111
498.	decadência – peculiaridades	113
499.	prescrição e decadência: premissas éticas e econômicas – razões de convivência social – caráter excepcional	114
500.	prescrição e decadência: objeções e não exceções em sentido estrito	114
501.	em qualquer tempo ou grau ordinário de jurisdição – observância do contraditório	116
502.	constituição em mora	120
503.	requisitos da citação para a constituição do devedor em mora	122
504.	efeitos substanciais da litispendência arbitral – litigiosidade da coisa (<i>supra</i> , n. 491)	123
505.	efeitos substanciais da litispendência arbitral – interrupção da prescrição ou da decadência (<i>supra</i> , nn. 492 ss.)	124
506.	efeitos substanciais da litispendência arbitral – constituição do obrigado em mora (<i>supra</i> , nn. 502-503)	124
507.	efeitos substanciais da pendência do processo coletivo – esp. a constituição em mora em caso de direitos individuais homogêneos (<i>supra</i> , nn. 80-90)	125

TÍTULO XI – a demanda e o objeto do processo civil

Capítulo XXXVIII – a demanda

508.	demanda: o ato e o conteúdo (pretensão)	126
509.	demanda e petição inicial	128
510.	demanda, ação, causa, pedido e lide – empregos menos corretos do vocábulo <i>demanda</i>	129
511.	demanda e objeto do processo (<i>supra</i> , n. 151)	131
512.	pretensão bifronte	131
513.	ação, demanda e direito de demandar: uma escalada de situações	133
514.	elementos constitutivos da demanda (a chamada <i>identificação das ações</i>)	135
515.	partes	137
516.	peculiaridades terminológicas	138
517.	parte e representante	138
518.	parte e substituto processual (<i>infra</i> , n. 637)	140
519.	parte e parte legítima (<i>infra</i> , n. 633)	140
520.	partes nos processos de jurisdição voluntária	141
521.	pedido: provimento e bem da vida (<i>supra</i> , n. 2)	142
522.	<i>pedido certo e determinado</i> (CPC, arts. 322 e 324) – o pedido genérico	144

523.	inadmissível o pedido genérico no processo de execução ou na fase de cumprimento de sentença	145
524.	<i>idem</i> , no processo monitorio	147
525.	o pedido genérico nos juizados especiais cíveis	147
526.	o pedido genérico nas ações coletivas por direitos individuais homogêneos	148
527.	pedido vago e pedido de sentença condicional	149
528.	causa de pedir – substanciação	151
529.	a estrutura mínima da demanda e razões de sua exigência	154
530.	os elementos constitutivos e as diferenças entre demandas – relações entre elas (<i>infra</i> , nn. 537 ss.)	156
531.	as demandas do autor e as do réu	158
532.	interpretação da demanda e a regra da correlação	160
533.	os chamados <i>pedidos implícitos</i>	163
534.	correlação entre tutela jurisdicional e demanda	165
535.	revogação da demanda (<i>desistência da ação</i>)	166
536.	classificações e adjetivações	170

Capítulo XXXIX – relações entre demandas

537.	espécies de relações	174
538.	conexidade (<i>supra</i> , n. 365)	175
539.	afinidade	178
540.	comunhão	179
541.	conexidade subjetiva	179
542.	continência	180
543.	prejudicialidade	182
544.	prejudicialidade e processo	183
545.	demanda principal e demanda acessória	186
546.	dependência	188

Capítulo XL – cumulação de demandas

547.	das relações entre demandas à sua cumulação no processo (<i>supra</i> , nn. 537 ss.)	189
548.	justificação sistemática, conceito, espécies e disciplina geral	190
549.	cúmulos de pedidos (em geral)	192
550.	cúmulo simples de pedidos (CPC, art. 327)	192
551.	cúmulo sucessivo (prejudicialidade – demanda principal e acessória)	195
552.	cúmulo alternativo de pedidos (CPC, art. 325)	197
553.	alternatividade eventual (pedido subsidiário – CPC, art. 326)	199
554.	cúmulo de fundamentos	201
555.	cúmulo subjetivo (litisconsórcio)	203
556.	cúmulo originário ou ulterior (inicial ou sucessivo)	203

557. extinção ou redução do cúmulo de demandas – sem extinção do processo, sequer parcial	206
---	-----

Capítulo XLI – o objeto do processo civil

558. objeto do processo, pretensão e mérito – a lide	209
559. objeto do processo: o pedido e não a causa de pedir	213
560. o mérito e as questões de mérito	214
561. objeto do processo e objeto do conhecimento do juiz	216
562. a delimitação do objeto do processo	217
563. ampliação e redução do objeto do processo (<i>supra</i> , n. 556)	219
564. objeto simples, composto ou decomponível – unidade do processo	221
565. objeto do processo, litispendência e coisa julgada	223

TÍTULO XII – relação jurídica processual civil

Capítulo XLII – relação jurídica processual

566. relação entre os sujeitos do processo	225
567. origem e elementos distintivos	227
568. os sujeitos da relação jurídica processual, ou do processo	228
569. relação complexa, evolutiva e unitária	229
570. situações jurídicas ativas e passivas – autoridade e sujeição	231
571. faculdades processuais das partes	233
572. ônus processuais das partes (absolutos ou relativos)	234
573. poderes processuais das partes	237
574. os poderes-deveres do juiz	237
575. o juiz não tem faculdades nem ônus processuais	238
576. deveres das partes, especialmente o de lealdade	240
577. não há direitos subjetivos e obrigações de natureza processual	241
578. dever e a faculdade de cooperação entre as partes e o juiz – diálogo e contraditório	242
579. autonomia da relação processual	245
580. relação de direito público	246
581. relação jurídica tríplice (angular? triangular?)	247
582. requisitos prévios à relação jurídica processual: os pressupostos processuais	250
583. relação jurídica processual, contraditório e devido processo legal	253
584. as partes, a relação jurídica processual, a garantia do contraditório e os limites subjetivos da eficácia e da autoridade da sentença	254

TÍTULO XIII – sujeitos do processo civil

Capítulo XLIII – o juiz no exercício da jurisdição

585. o Estado e seus agentes jurisdicionais, os juízes	256
--	-----

586.	a figura do árbitro	258
587.	o dever de imparcialidade	258
588.	parcialidade potencial ou efetiva	259
589.	suspeição e impedimento do juiz – dever de abstenção – recusa ..	260
590.	o controle do impedimento ou da suspeição do juiz	263
591.	os poderes e deveres do Estado-juiz	266
592.	poderes-deveres do juiz (atos finais)	268
593.	poderes-deveres do juiz no processo civil inquisitório (<i>supra</i> , n. 126)	273
594.	os poderes que o juiz não tem	278
595.	poderes de natureza administrativa (<i>polícia das audiências</i>)	280

Capítulo XLIV – os auxiliares da Justiça no exercício das funções complementares

596.	os órgãos auxiliares como sujeitos secundários do processo	282
597.	poderes e deveres dos auxiliares da Justiça em geral	283
598.	poderes e deveres do escrivão ou chefe de secretaria	284
599.	poderes e deveres do oficial de justiça (<i>supra</i> , n. 416)	284
600.	poderes e deveres do perito	285
601.	poderes e deveres dos auxiliares parajurisdicionais (juizados es- peciais cíveis)	285

Capítulo XLV – partes

602.	conceito puro de parte	287
603.	a qualidade de parte	290
604.	o Ministério Público e a Fazenda Pública como partes	291
605.	as situações jurídicas ativas e passivas das partes (quadro geral) .	293
606.	os ônus de demandar, de afirmar e de defender-se	294
607.	afirmar fatos constitutivos, impeditivos, modificativos ou extinti- vos de direitos	296
608.	ônus da prova	301
609.	ônus de recorrer	302
610.	ônus de adiantar despesas (<i>infra</i> , nn. 873 ss.)	303
611.	o dever de lealdade processual	303
612.	litigância de má-fé e abuso de direito no processo	305
613.	atos atentatórios à dignidade da Justiça (<i>contempt of court</i>)	315
614.	a repressão aos atos atentatórios à dignidade da Justiça em todas as espécies de processo	316
615.	atos atentatórios no processo ou fase de execução	317
616.	atos atentatórios tipificados nos diversos incisos do art. 774	318
617.	multas e responsabilidade civil – decisões necessariamente moti- vadas	320
618.	partes na demanda e partes no processo	322
619.	sucessão das partes	324

620. dualidade de partes	326
621. pluralidade de partes	328
622. aquisição e perda da qualidade de parte	331
623. capacidade das partes	334
624. capacidade de ser parte	335
625. capacidade de estar em juízo	337
626. capacidade postulatória	340
627. igualdade das partes (<i>supra</i> , n. 118)	343

Capítulo XLVI – ação e defesa: síntese das posições das partes no processo

628. as situações jurídicas ativas das partes	345
629. a inércia inicial do juiz, a iniciativa de parte e o conteúdo da ação e da defesa	347
630. direito ao provimento de mérito	349
631. o direito de ação antes e durante o processo: direito ao processo – as condições da ação e a carência de ação	351
632. o interesse processual e o binômio <i>necessidade-adequação</i>	354
633. a legitimidade <i>ad causam</i>	358
634. legitimidade <i>ad causam</i> , aspecto do interesse de agir	360
635. legitimidade ativa à execução forçada	362
636. legitimidade ativa de ambas as partes à liquidação de sentença ...	362
637. legitimidade extraordinária (substituição processual)	363
638. legitimidade ativa extraordinária nos processos coletivos	366
639. legitimidade autônoma ou subordinada	366
640. legitimidade exclusiva ou concorrente	367
641. legitimidade isolada ou conjunta (litisconsórcio necessário)	368
642. a utilidade sistemática da técnica das condições da ação	368
643. condições existentes e não apenas afirmadas (<i>repúdio à teoria da asserção</i>)	369
644. as condições supervenientes e as que desaparecem no curso do processo – as condições da ação são indispensáveis no momento de julgar	371
645. falsas carências de ação	372
646. o conceito de ação e sua evolução doutrinária	374
647. natureza jurídica da ação e da defesa: poderes e não direitos subjetivos – titular passivo, o Estado	378
648. espécies de ações e de defesas – as exceções em sentido estrito ...	380
649. atipicidade da ação e da defesa	382
650. defesa e eventualidade – preliminares e defesas de mérito	384

Capítulo XLVII – litisconsórcio

651. conceito – fenômeno de pluralidade de partes (<i>supra</i> , nn. 620-621)	386
---	-----

652.	justificação sistemática	388
653.	admissibilidade do litisconsórcio	389
654.	conexidade objetiva (CPC, art. 113, inc. II)	390
655.	afinidade de questões (CPC, art. 113, inc. III)	391
656.	comunhão em direitos ou obrigações (CPC, art. 113, inc. I)	392
657.	admissibilidade do litisconsórcio e legitimidade <i>ad causam</i>	394
658.	litisconsórcio multitudinário	395
659.	litisconsórcio e tutela jurisdicional coletiva	396
660.	formação do litisconsórcio (modos e momentos)	397
661.	litisconsórcio originário ou ulterior (inicial ou sucessivo)	400
662.	extinção ou redução do litisconsórcio	400
663.	a relativa autonomia dos litisconsortes (CPC, art. 117)	403
664.	regimes do litisconsórcio – litisconsórcio unitário ou comum	405
665.	litisconsórcio necessário ou facultativo	409
666.	litisconsórcio necessário-unitário	410
667.	litisconsórcio necessário por força de lei (não invariavelmente unitário)	411
668.	a implementação do litisconsórcio necessário e as consequências da não-implementação	412
669.	em caso de litisconsórcio necessário-unitário	413
670.	em caso de litisconsórcio necessário por força de lei	416
671.	litisconsórcio necessário ativo	417
672.	necessariedade e unitariedade do litisconsórcio – conceitos independentes	418
673.	litisconsórcio unitário facultativo (não necessário)	419
674.	litisconsórcio necessário não unitário (comum)	420
675.	litisconsórcio facultativo	421
676.	litisconsórcio alternativo ou eventual	423
677.	o processo litisconsorcial	425

Capítulo XLVIII – as intervenções de terceiros

678.	fenômenos de pluralidade de partes	430
679.	justificação sistemática	431
680.	intervenção	432
681.	limites temporais (regra básica e geral)	434
682.	conceito puro de terceiro	435
683.	espécies de intervenções e situações legitimantes – o terceiro e o objeto do processo (<i>supra</i> , nn. 151 e 511)	436
684.	intervenções voluntárias e intervenções provocadas (coatas)	437
685.	a aquisição da qualidade de parte pelo terceiro	438
686.	incidentes processuais	439
687.	os intervenientes como partes	440
688.	intervenção e processo	440

689.	intervenção e competência	441
690.	intervenção litisconsorcial voluntária	442
691.	intervenção de colegitimados extraordinários	445
692.	assistência	446
693.	assistência simples ou qualificada (litisconsorcial)	451
694.	entre a assistência litisconsorcial e o litisconsórcio	455
695.	<i>amicus curiae</i>	456
696.	recurso de terceiro juridicamente prejudicado (<i>infra</i> , n. 2.221)	459
697.	sucessão do réu pelo verdadeiro obrigado ou pela parte legítima (antiga nomeação à autoria)	461
698.	denúnciação da lide e chamamento ao processo – ideias gerais ...	463
699.	denúnciação da lide: conceito – ampliação do objeto do processo e da relação jurídica processual	464
700.	as posições do litisdenuciado na relação processual	465
701.	em caso de denúnciação feita pelo réu	465
702.	duas situações especiais, conforme o comportamento do denunciado – liberdade de escolha pelo réu-denunciante (CPC, art. 128, incs. II-III)	466
703.	em caso de denúnciação feita pelo autor	468
704.	ainda a dupla função da denúnciação da lide	469
705.	denúnciação da lide: âmbito de admissibilidade	471
706.	denúnciação da lide: hipóteses de admissibilidade	471
707.	denúnciação da lide: obrigatoriedade?	475
708.	denúnciação da lide: legitimidade para denunciar e para ser denunciado	476
709.	apenas uma denúnciação sucessiva	478
710.	excluída a denúnciação <i>per saltum</i>	479
711.	denúnciação da lide: o título executivo contra o denunciado	480
712.	chamamento ao processo: conceito e utilidade sistemática	482
713.	chamamento ao processo: âmbito de admissibilidade	484
714.	chamamento ao processo: hipóteses de admissibilidade	485
715.	chamamento ao processo: condenação solidária (CPC, art. 132) .	488
716.	denúnciação, chamamento e ilegitimidade ad causam do réu	490
717.	denúnciação da lide e chamamento ao processo – uma clara superposição no Código de Processo Civil	491
718.	intervenção coata do terceiro supostamente responsável (incidente de desconsideração da personalidade jurídica)	494
719.	intervenção coata no processo de produção antecipada de provas – intervenção <i>jussu judicis</i>	495

Capítulo XLIX – o Ministério Público como parte no processo civil

720.	condição de parte em todos os casos de legitimidade – o fundamento sistemático desta	498
------	--	-----

721.	parte <i>parcial</i> ou fiscal da ordem jurídica	499
722.	os fatores legitimantes e as diversas posições do Ministério Público no processo civil brasileiro	501
723.	o Ministério Público como <i>custos legis</i>	502
724.	o Ministério Público não é defensor da Fazenda Pública	505
725.	o Ministério Público como assistente da parte principal	506
726.	o Ministério Público como parte principal	507
727.	a legitimidade ativa para as ações civis públicas	508
728.	dimensões da legitimidade do Ministério Público para a ação civil pública	511
729.	o regime legal do Ministério Público na relação processual civil .	513
730.	dever de imparcialidade e recusa do promotor de justiça	515
731.	honorários da sucumbência	517

TÍTULO XIV – o procedimento e os atos processuais civis

Capítulo L – o procedimento no processo civil brasileiro

732.	procedimento – conceito e conteúdo	519
733.	conteúdo das normas que definem o procedimento	520
734.	os procedimentos-modelo segundo a lei e os procedimentos concretamente realizados	523
735.	o regime legal do procedimento	524
736.	interdependência entre os atos do processo	525
737.	regularidade formal e instrumentalidade das formas (<i>infra</i> , n. 843)	526
738.	a oralidade no procedimento e o <i>processo oral</i>	527
739.	procedimento rígido ou flexível – fases	530
740.	as fases procedimentais no processo sincrético brasileiro	532
741.	preclusões, fases procedimentais e o procedimento rígido brasileiro	533
742.	procedimento rígido e adaptações do procedimento	540
743.	flexibilidade e adaptabilidade do procedimento arbitral	541
744.	diversificação dos procedimentos (comum, especiais <i>etc.</i>)	542
745.	a escolha do procedimento adequado segundo a lei	545
746.	incidentes do procedimento, questões incidentes e processo incidente	546

Capítulo LI – atos processuais civis

747.	conceito	551
748.	negócios jurídicos processuais	554
749.	fatos jurídicos processuais	559
750.	as condutas omissivas como fatos jurídicos processuais	560
751.	efeitos sobre o procedimento e sobre a relação jurídica processual	563

752.	eficácia constitutiva, impeditiva, modificativa ou extintiva	564
753.	momento da produção dos efeitos	564
754.	atos escritos ou orais e a documentação eletrônica	565
755.	atos simples ou complexos	567
756.	atos processuais ilícitos (<i>supra</i> , nn. 611-613)	568
757.	os atos dos diversos sujeitos processuais	570
758.	atos processuais das partes (por si ou por advogado)	570
759.	atos processuais indutivos ou causativos (atos de parte)	575
760.	atos processuais do juiz (atos judiciais)	576
761.	atos do juiz: provimentos (pronunciamentos) e atos materiais	579
762.	pronunciamentos – decisão <i>lato sensu</i> e despachos	580
763.	os atos decisórios – sentença – evolução do conceito no direito brasileiro	581
764.	sentença – seu conceito atual	584
765.	os atos decisórios – decisões interlocutórias	586
766.	uma decisão interlocutória de mérito	587
767.	os atos não decisórios – despachos, ou despachos de mero expediente	588
768.	sentenças, decisões interlocutórias e despachos: confrontos	589
769.	acórdão	590
770.	outras variações dos atos processuais do juiz	591
771.	atos do árbitro	593
772.	atos dos auxiliares da Justiça	594
773.	documentação e registro dos atos processuais – autos e registros eletrônicos	595
774.	atos processuais de pertinência geral e atos próprios a certos processos ou procedimentos	598

Capítulo LII – atos de comunicação processual: citação e intimação

775.	relevância sistemática da comunicação processual	601
776.	citação	602
777.	intimações	607
778.	as intimações que acompanham a citação	609

Capítulo LIII – atos de cooperação jurisdicional – as cartas

779.	a cooperação jurisdicional e seus fundamentos – as cartas – as atividades de cooperação	611
780.	cooperação jurisdicional internacional: as cartas rogatórias (<i>supra</i> , n. 201)	614
781.	cooperação jurisdicional nacional: carta de ordem	614
782.	cooperação jurisdicional nacional: carta precatória	617
783.	atos de comunicação processual	619
784.	atividades probatórias	620
785.	atos de constrição sobre pessoas ou coisas	621

786.	recusa de cumprimento às cartas de ordem e precatórias	622
787.	regras comuns às cartas, no Código de Processo Civil	625
788.	delegação de funções	627
789.	as cartas arbitrais	628

Capítulo LIV – a forma dos atos processuais civis

790.	do conteúdo à forma: equilíbrio e racionalidade nas exigências formais – o valor dos escopos	630
791.	formas processuais e devido processo legal	631
792.	liberdade e legalidade das formas no Código de Processo Civil ...	633
793.	requisitos formais gerais ou especiais	635
794.	requisitos formais intrínsecos e extrínsecos (modo, lugar e tempo)	635
795.	requisitos gerais quanto ao modo dos atos processuais	636
796.	requisitos gerais quanto ao lugar dos atos processuais	639
797.	requisitos gerais quanto ao tempo dos atos processuais – a eliminação das férias forenses	641
798.	cont.: dias sem expediente forense e horários de expediente	643
799.	atos processuais típicos ou atípicos	644
800.	o modelo brasileiro dos atos processuais civis típicos	645

Capítulo LV – prazos processuais civis

801.	conceito e distinções fundamentais – prazos aceleratórios e prazos dilatatórios	646
802.	prazos próprios e impróprios – preclusões	648
803.	prazos endoprocessuais e extraprocessuais – prazos não-processuais	652
804.	a dimensão dos prazos: diversos aspectos	653
805.	unidades de tempo	653
806.	prazos legais e prazos judiciais	654
807.	prazos convencionais e calendário estabelecido consensualmente pelas partes	655
808.	prazos peremptórios ou dispositivos (meramente ordinatórios)	656
809.	as alterações de prazos não-peremptórios por ato das partes	657
810.	prorrogação de prazos por ato do juiz	660
811.	prorrogação dos prazos em caso de transmissão de petições via fax	661
812.	fluência e contagem dos prazos: diversos aspectos	662
813.	<i>fluir</i> e <i>contar</i> : conceitos diferentes	662
814.	o início dos prazos e sua fluência	664
815.	início dos prazos em caso de intimação pelo <i>Diário da Justiça eletrônico</i>	665
816.	o início da <i>contagem</i> dos prazos	667

817. especificações	669
818. ressalvas	670
819. início do prazo para contestar e simultaneidade do início dos prazos	671
820. simultaneidade restrita ao início da <i>fluência</i> dos prazos	672
821. no processo autônomo de execução – sem simultaneidade	673
822. contagem em dias úteis	673
823. somente os prazos processuais	676
824. o fim dos prazos	677
825. contagem regressiva de prazos	679
826. interrupção e suspensão dos prazos processuais	680
827. casos de interrupção dos prazos	680
828. casos de suspensão dos prazos	682
829. a igualdade nos prazos e os prazos maiores concedidos pela lei (CPC, arts. 180, 183 e 186)	685
830. renúncia aos prazos	688

Capítulo LVI – defeitos dos atos processuais e do procedimento

831. atos processuais, escopos e eficácia	691
832. defeitos formais e não-formais dos atos processuais	692
833. as consequências dos defeitos do ato processual	693
834. graduação da intensidade das consequências	694
835. atos processuais meramente irregulares	694
836. atos processuais juridicamente inexistentes	696
837. invalidade, nulidade e ineficácia do ato processual– a indispensável declaração judicial da nulidade	700
838. não existem atos anuláveis em direito processual	702
839. nulidades cominadas ou não-cominadas (sistemáticas)	703
840. nulidades absolutas ou relativas	705
841. nulidades absolutas	706
842. nulidades relativas	709
843. instrumentalidade das formas – normas de superdireito processual	711
844. efeito expansivo das nulidades – nulidades inerentes ou sistemáticas – nulidade do procedimento como um todo	714
845. nulidade parcial do ato ou do procedimento – confinamento das nulidades	715
846. suprimimento, sanção, repetição e convalidação	717
847. erro de procedimento (CPC, art. 283) – ainda a instrumentalidade das formas	719
848. a ineficácia dos atos de parte	721
849. defeitos, escopos e ineficácia (visão de conjunto)	724

TÍTULO XV – os meios instrumentais do processo civil***Capítulo LVII – os meios instrumentais do processo civil:
bens e fontes de prova***

850. meios: elementos externos	726
851. prova	727
852. fontes de prova	728
853. bens	729

TÍTULO XVI – os pressupostos e as crises***Capítulo LVIII – pressupostos de admissibilidade
da tutela jurisdicional civil***

854. direito à tutela jurisdicional e direito ao provimento	730
855. pressupostos de admissibilidade do provimento jurisdicional: seu significado sistemático	731
856. os pressupostos	732
857. os pressupostos e o direito ao provimento	734
858. ausência de pressupostos	735

Capítulo LIX – ônus da iniciativa e dever de impulso

859. iniciativa e impulso – processo civil dispositivo ou inquisitório ..	736
860. a iniciativa e o impulso segundo o art. 2º do Código de Processo Civil	737
861. atos de impulso delegados ao escrivão ou chefe de secretaria	739
862. ônus de impulso e consequências do descumprimento	739
863. o ônus de provocar a instauração da fase de cumprimento de sen- tença	741

***Capítulo LX – as crises do processo civil: suspensão e extinção do
processo – incidentes críticos***

864. crises processuais	742
865. extinção do processo civil	743
866. suspensão do processo civil	745
867. suspensão imprópria do processo – incidentes processuais	746
868. outras crises menores	747

TÍTULO XVII – o regime financeiro do processo civil***Capítulo LXI – o custo do processo civil
e os encargos da sucumbência***

869. onerosidade da jurisdição e do processo	748
870. o custo financeiro do processo: despesas processuais e honorários advocatícios	749
871. despesas processuais	751

872. ônus e obrigações das partes pelo custo do processo (responsabilidade provisória ou definitiva)	753
873. ônus de adiantamento atribuído à parte interessada (CPC, art. 82)	756
874. momentos para o adiantamento	757
875. preparo inicial	758
876. preparo do cumprimento de sentença?	759
877. o preparo dos recursos – a deserção (<i>infra</i> , n. 2.235)	759
878. a relevação da pena de deserção e a correção de equívocos	761
879. adiantamentos referentes aos atos dos auxiliares eventuais da Justiça	762
880. dispensa do ônus de preparar	763
881. dispensas concedidas em leis especiais	764
882. nas oposições do executado (impugnação e embargos)	765
883. transferência do encargo ao autor ou rateio entre as partes	766
884. a responsabilidade final pelo custo do processo: sucumbência e causalidade	767
885. advocacia em causa própria	769
886. sucumbência recíproca e demais casos de rateio do custo processual – a sucumbência em parte mínima	770
887. casos em que não há obrigação pelo custo do processo	774
888. o campo de incidência das normas sobre a obrigação pelo custo do processo	777
889. cont.: no processo ou fase de conhecimento	778
890. na execução e no cumprimento de sentença	779
891. no processo monitório	780
892. cont.: nos processos antecedentes (CPC, art. 294, par.)	781
893. nos recursos	781
894. nos incidentes processuais (hipótese do Código anterior, inaplicável no presente)	783
895. a condenação	783
896. a condenação por despesas e honorários independe de pedido específico	784
897. condenação em primeiro ou segundo grau de jurisdição	785
898. valor dos honorários: o critério central e as dimensões de sua aplicação	786
899. cont.: condenação por danos à pessoa e por prestações vincendas em geral	790
900. a condenação honorária dos beneficiários da assistência judiciária	790
901. honorários nas causas em que a Fazenda Pública é parte	791
902. honorários no cumprimento de sentença ou no processo autônomo de execução	793

903.	condenação solidária ou não (litisconsortes vencidos)	794
904.	direito do advogado aos honorários da sucumbência	796
905.	inadmissível a compensação de honorários	798
906.	demanda autônoma de cobrança de honorários da sucumbência ..	800

Capítulo LXII – assistência judiciária

907.	objetivo: efetividade do direito ao processo	801
908.	histórico jurídico-positivo e o âmbito da assistência a ser prestada aos necessitados – a legislação vigente	802
909.	pessoas naturais ou jurídicas	803
910.	nacionais ou estrangeiros	804
911.	a presunção de insuficiência financeira	805
912.	assistência ao demandante, ao demandado ou ao terceiro interviniente	807
913.	benefícios personalíssimos – não favorecem o litisconsorte nem os possíveis sucessores	808
914.	insuficiência financeira e não econômica	808
915.	entre o ônus de antecipar despesas e a obrigação de pagar quando sucumbe – os encargos da sucumbência não são dispensados	809
916.	obrigação sob condição suspensiva	810
917.	o objeto da assistência judiciária	811
918.	defesa técnica gratuita	811
919.	dispensa de adiantamentos <i>etc.</i>	812
920.	o grave problema das perícias não remuneradas	813
921.	dispensas não integrais – parcelamento	814
922.	concessão, redução e revogação do benefício	815

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO

COM A PARTICIPAÇÃO DE
OSWALDO DAGUANO JUNIOR

Volume III

9^a EDIÇÃO
Revista e atualizada

2024



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

**MALHEIROS
EDITORES**

Instituições de Direito Processual Civil

© CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO

*1ª edição, 08.2001; 2ª edição, 03.2002; 3ª edição, 03.2003;
4ª edição, 01.2004; 5ª edição, 04.2005; 6ª edição, 04.2009;
7ª edição, 06.2017; 8ª edição, 2019.*



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757

Contatos: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>
malheiroseditores@terra.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM e Malheiros Editores

Diagramação: Editora JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

D583i Dinamarco, Cândido Rangel
Instituições de Direito Processual Civil v.III / Cândido Rangel
Dinamarco – 9. ed., rev. e atual. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.
912 p.

ISBN: 978-85-442-4576-7

1. Processo Civil. I. Dinamarco, Cândido Rangel. II. Título.

CDD 347.8105

Bibliotecária Responsável

Ana Carolina Ribeiro Moisés CRB7 RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM e Malheiros Editores.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LIVRO IV – O PROCESSO CIVIL DE CONHECIMENTO

TÍTULO XVIII – o processo civil de conhecimento

Capítulo LXIII – o processo civil de conhecimento: conceito e temas fundamentais – a fase de conhecimento

923.	o conceito tradicional – processo de sentença – demanda, defesa, cognição e julgamento	31
924.	fase de conhecimento – o <i>processo sincrético</i> do direito brasileiro vigente.....	34
925.	atividade cognitiva na fase de liquidação	36
926.	bipolaridade do processo civil de conhecimento	38
927.	temas fundamentais do processo civil de conhecimento	39
928.	cognição e instrução – o valor da prova no processo civil de conhecimento	41
929.	o objeto do conhecimento do juiz no processo civil de conhecimento.....	42
930.	pontos ou questões de mérito	43
931.	extensão e profundidade da cognição no processo civil de conhecimento	44
932.	formação do processo civil de conhecimento	46
933.	o objeto do processo civil de conhecimento e os limites da tutela jurisdicional possível.....	47

TÍTULO XIX – teoria geral da prova

Capítulo LXIV – direito probatório: visão sistemática

934.	conceito e relevância.....	49
935.	localização sistemática do instituto da prova – prova e forma dos atos jurídicos.....	51

936.	direito à prova	53
937.	provas ilícitas	56
938.	a iniciativa da produção da prova pelo juiz.....	59
939.	temas de direito probatório	65

Capítulo LXV – objeto da prova

940.	alegações e não fatos.....	66
941.	alegações <i>controvertidas</i>	67
942.	alegações não controvertidas mas dependentes de prova	70
943.	alegações que independem de prova apesar da controvérsia (fatos presumidos ou notórios).....	72
944.	fatos relevantes.....	73
945.	relevância em relação ao mérito ou ao processo.....	75
946.	fatos circunstanciais	76
947.	indícios.....	77
948.	prova do direito (CPC, art. 376).....	77

Capítulo LXVI – ônus da prova

949.	conceito – do ônus de afirmar ao de provar	80
950.	entre o objeto e o ônus da prova	81
951.	distribuição do ônus da prova: o interesse	81
952.	normas específicas sobre a distribuição do ônus da prova.....	83
953.	modificações do ônus da prova	85
954.	presunções relativas (<i>infra</i> , n. 996).....	86
955.	inversão convencional do ônus da prova	87
956.	a redistribuição do ônus da prova – as inversões por decisão do juiz.....	89
957.	o momento adequado para o juiz operar redistribuição do ônus da prova.....	91
958.	no Código de Defesa do Consumidor	93
959.	dimensão do ônus da prova – a <i>prova suficiente</i> (<i>supra</i> , n. 65). ..	94
960.	regra de julgamento – uma regra subsidiária – o momento de sua relevância para o juiz	95
961.	aquisição da prova.....	97
962.	relatividade do ônus da prova	98

Capítulo LXVII – fontes concretas e meios de prova

963.	fontes e meios de prova: conceitos e correlação	100
964.	as fontes de prova no direito brasileiro	102
965.	meios de prova no direito brasileiro – os momentos da prova... ..	103
966.	propositura da prova.....	104
967.	admissão da prova.....	105

968.	realização da prova.....	105
968-A.	provas pré-constituídas e provas constituídas	106
969.	valoração da prova	107
970.	espécies de provas: classificações	108
971.	provas atípicas (CPC, art. 369)	109
972.	documentação da prova (especialmente da oral)	110
973.	prova emprestada	111
974.	a produção antecipada de prova (arts. 381-383)	115

Capítulo LXVIII – a produção antecipada de prova

975.	o conceito – provas de qualquer natureza	116
976.	natureza cautelar ou não, conforme o caso	117
977.	apenas um processo antecedente ou também um incidente processual?	119
978.	disciplina geral	121
979.	competência	121
980.	sem prevenção.....	122
981.	o pedido, a defesa e o objeto da decisão	122
982.	inclusão de interessados por ordem do juiz	123
983.	arrolamento e justificação	124

Capítulo LXIX – valoração da prova civil

984.	conceito e regra fundamental – livre convencimento	126
985.	sistema da prova legal	128
986.	sistema do convencimento moral (ou íntimo).....	130
987.	convencimento racional e motivado à vista dos autos	131
988.	elementos de prova legal no processo civil moderno	133
989.	disposições específicas e sua interpretação sistemática	135
990.	livre convencimento, processo oral e os julgamentos pelos tribunais	136
991.	exame, reexame e valoração jurídica da prova	136

Capítulo LXX – a presunção e a prova

992.	conceito – presunções legais ou judiciais	139
993.	facilitar a prova	140
994.	presunção e probabilidade – presunções absolutas ou relativas	141
995.	presunções absolutas – ficções legais.....	142
996.	presunções relativas	145
997.	presunções relativas legais.....	146
998.	presunções legais mistas	147
999.	presunções judiciais – as máximas de experiência	147
1.000.	presunção não é meio de prova	150

TÍTULO XX – pressupostos e crises no processo civil de conhecimento***Capítulo LXXI – pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito***

1.001. conceito e significação sistemática (<i>supra</i> , nn. 854-858)	153
1.002. os pressupostos do julgamento do mérito segundo o Código de Processo Civil	155
1.003. as condições da ação (<i>supra</i> , nn. 631-641)	156
1.004. os pressupostos processuais (<i>supra</i> , n. 582)	156
1.005. a demanda e a vontade de obter a tutela – inépcia da demanda (<i>supra</i> , n. 582 – <i>infra</i> , n. 1.191)	157
1.006. desistência da ação (<i>supra</i> , n. 535)	158
1.007. abandono do processo – bilateral ou unilateral	159
1.008. competência (<i>supra</i> , nn. 356 ss.)	162
1.009. imparcialidade do juiz – o impedimento e a suspeição	163
1.010. pressupostos negativos (fatores externos)	163
1.011. perempção	164
1.012. litispendência e coisa julgada	164
1.013. coisa julgada (<i>supra</i> , n. 565 – <i>infra</i> , nn. 1.077 e 1.142 ss.)	165
1.014. litispendência (<i>supra</i> , nn. 467, 475, 477 <i>etc.</i>)	165
1.015. convenção de arbitragem	166
1.016. morte da parte (“ações intransmissíveis” – <i>infra</i> , nn. 1.030, 1.032 e 1.058)	167
1.017. confusão	169
1.018. requisitos de regularidade do processo e dos atos do procedimento	169
1.019. consequências da falta dos pressupostos: crises processuais (<i>supra</i> , nn. 864-868)	170
1.020. momentos para o controle dos pressupostos	171
1.021. controle <i>ex officio</i> ou não	173

Capítulo LXXII – suspensão do processo civil de conhecimento

1.022. suspensão (<i>supra</i> , n. 866)	175
1.023. ineficácia dos atos realizados (art. 314)	176
1.024. atos que se realizam durante a suspensão do processo	177
1.025. suspensão parcial: suspensão imprópria, suspensão de prazos e mero retardamento da sentença	179
1.026. início do período de suspensão processual	180
1.027. fim do estado de suspensão processual	182
1.028. declaração judicial do início e fim da suspensão	183
1.029. hipóteses legais de suspensão do processo – fatos e incidentes que não suspendem o processo	184

1.030. morte ou perda de capacidade de um sujeito indispensável (art. 313, inc. I).....	186
1.031. as seis possíveis hipóteses do art. 313, inc. I.....	187
1.032. morte da parte.....	187
1.033. morte do defensor.....	189
1.034. morte do representante legal.....	190
1.035. perda da capacidade processual da parte, do advogado ou do representante.....	191
1.036. suspensão por incapacidade processual ou irregularidade de representação (art. 76).....	193
1.037. suspensão convencional do processo (art. 313, inc. II).....	197
1.038. suspensão pela arguição de suspeição ou impedimento do juiz.....	199
1.039. suspensão por arguição da incompetência do juiz (absoluta ou relativa).....	201
1.040. suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas (arts. 976 ss.).....	202
1.041. suspensão por prejudicialidade (art. 313, inc. V, letra <i>a</i>).....	203
1.042. suspensão à espera de fato ou prova (art. 313, inc. V, letra <i>b</i>)...	204
1.043. suspensão por motivo de força maior (art. 313, inc. VI).....	205
1.044. suspensão por motivos familiares do advogado ou advogada...	206
1.045. suspensão em razão das intervenções de terceiros.....	207
1.046. suspensão pelo incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 134, § 3º).....	208
1.047. suspensão pela superveniência de férias forenses (STF e STJ).....	210
1.048. suspensão pelo incidente inicial de insanidade do citando (art. 245 – <i>infra</i> , n. 1.237).....	211
1.049. prejudicial penal.....	211
1.050. litígios pendentes perante o Tribunal Marítimo – uma prejudicial administrativa?.....	212
1.051. apreciação geral.....	214

Capítulo LXXIII – extinção do processo civil de conhecimento

1.052. esclarecimento: extinção do processo ou de uma fase.....	216
1.053. crise processual: a extinção anômala do processo ou da fase de conhecimento (<i>supra</i> , nn. 864 ss.).....	217
1.054. a sentença que extingue o processo ou fase de cognição, os motivos em que se funda e os momentos próprios a sua prolação.....	218
1.055. diálogo necessário: ilicitude da extinção <i>ex officio</i> , sem prévia manifestação do autor.....	219
1.056. consequências da extinção do processo sem julgamento do mérito.....	221

1.057. extinção do processo (ou da fase cognitiva) sem julgamento do mérito e os efeitos da propositura da demanda (<i>supra</i> , nn. 475-507).....	223
1.058. causas de extinção do processo – os pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito (<i>supra</i> , nn. 1.001-1.021)	226
1.059. quando as causas extintivas não produzem a extinção do processo	227
1.060. casos raros de necessária iniciativa de parte	230
1.061. desistência da ação (<i>supra</i> , n. 1.006)	231
1.062. abandono unilateral do processo (<i>supra</i> , n. 1.007)	231
1.063. convenção de arbitragem (<i>supra</i> , n. 1.015).....	232

TÍTULO XXI – a tutela jurisdicional no processo civil de conhecimento

Capítulo LXXIV – a tutela jurisdicional na DECISÃO de mérito

1.064. sentença ou decisão de mérito.....	235
1.065. sentenças e decisões interlocutórias de mérito – <i>uma disciplina geral das decisões de mérito</i>	237
1.066. a tutela jurisdicional no processo civil de conhecimento.....	238
1.067. momentos adequados para o julgamento do mérito.....	240
1.068. estrutura lógico-substancial das decisões de mérito	242
1.069. a motivação das sentenças ou decisões interlocutórias de mérito (<i>supra</i> , n. 131).....	244
1.070. pressupostos da sentença de mérito e a extinção do processo civil (<i>supra</i> , nn. 1.001 ss.).....	245
1.071. consumação da jurisdição e exaurimento da competência (art. 494)	246
1.072. o exaurimento da competência e as decisões interlocutórias de mérito (art. 356)	248
1.073. demanda, decisão e tutela jurisdicional (<i>supra</i> , n. 50).....	248
1.074. espécies de “ações”	249
1.075. graus de intensidade da tutela jurisdicional mediante as diversas espécies de decisões de mérito.....	251
1.076. a eficácia natural das decisões de mérito (Liebman).....	252
1.077. efeitos secundários das decisões de mérito	254
1.078. os efeitos da sentença e os terceiros (<i>supra</i> , n. 679).....	256
1.079. efeitos reflexos da sentença sobre terceiros	259
1.080. momento de eficácia da sentença de mérito.....	261
1.081. sentença condicional	261
1.082. sentença condicional e sentença genérica, ou ilíquida.....	262
1.083. sentenças dispositivas ou determinativas.....	263
1.084. acórdãos de mérito (<i>supra</i> , n. 769)	263

1.085. estabilização dos efeitos das decisões de mérito: coisa julgada material.....	264
--	-----

Capítulo LXXV – tutela jurisdicional declaratória

1.086. sentença meramente declaratória e ação declaratória	267
1.087. declaração <i>principaliter</i>	268
1.088. sentenças meramente declaratórias e eficácia executiva (CPC, art. 515, inc. I).....	270
1.089. âmbito da admissibilidade das sentenças meramente declaratórias.....	271
1.090. interesse processual à tutela meramente declaratória	273
1.091. legitimidade ativa e passiva à demanda de declaração	275
1.092. momento de eficácia e eficácia <i>ex tunc</i>	276
1.093. a tutela declaratória na ação declaratória incidental – <i>limites à admissibilidade desta</i>	277

Capítulo LXXVI – tutela jurisdicional condenatória (inclusive a mandamental)

1.094. esclarecimento conceitual e sistemático	280
1.095. a sentença condenatória – condenação ordinária	281
1.096. ainda a atenuação da distinção entre a sentença condenatória e a meramente declaratória – a posição assumida pelo Código de Processo Civil.....	284
1.097. decisão e não sentença	285
1.098. <i>existência</i> e não <i>exigibilidade</i> – ainda o conceito de <i>exigibilidade</i>	286
1.099. eficácia <i>ex tunc</i>	286
1.100. condenação alternativa (CPC, art. 325)	288
1.101. condenação genérica e a fase de liquidação da sentença	290
1.102. as sentenças genéricas referentes a relações de consumo	294
1.103. condenação para o futuro	295
1.104. condenação aparente	297
1.105. sentença condenatória sem trânsito em julgado: o momento de eficácia das sentenças condenatórias – cumprimento provisório de sentença.....	298
1.106. sentenças mandamentais e as obrigações específicas de fazer, de não fazer ou de entregar – as chamadas sentenças executivas <i>lato sensu</i>	300
1.107. as sentenças condenatórias por obrigações específicas de entregar, de fazer ou de não fazer – dois dogmas superados.....	304
1.108. condições da ação condenatória.....	305
1.109. as falsas condenações a prestar declaração de vontade.....	306

Capítulo LXXVII – tutela jurisdicional constitutiva

1.110. direito potestativo à modificação da situação jurídica	308
1.111. a tutela jurisdicional constitutiva e a sentença ou decisão constitutiva	310
1.112. ainda as sentenças substitutivas da vontade do devedor (<i>supra</i> , n. 1.109)	311
1.113. condições e mérito da <i>ação constitutiva</i>	313
1.114. momento de eficácia da sentença constitutiva	314

Capítulo LXXVIII – falsas sentenças de mérito

1.115. o regime legal e o conceito	316
1.116. decadência (art. 487, inc. II)	319
1.117. prescrição (art. 487, inc. II).....	321
1.118. reconhecimento do pedido, transação e renúncia ao direito: atos de direito material, eficácia processual.....	322
1.119. reconhecimento do pedido (art. 487, inc. III, letra <i>a</i>)	324
1.120. renúncia ao direito (art. 487, inc. III, letra <i>c</i>).....	325
1.121. transação (art. 487, inc. III, letra <i>b</i>).....	326
1.122. a limitada necessidade da sentença homologatória.....	327
1.123. limites da apreciação pelo juiz.....	327
1.124. os resultados da homologação dos atos dispositivos	329
1.125. coisa julgada e ação rescisória	329
1.126. recursos	331

Capítulo LXXIX – a necessária correlação entre A tutela jurisdicional e a demanda

1.127. a exigência de correlação e seus fundamentos.....	332
1.128. especificações e ressalvas.....	335
1.129. interpretação contextual do pedido (<i>supra</i> , n. 532 – <i>infra</i> , n. 1.192)	336
1.130. correção monetária, juros e <i>verbas da sucumbência</i> (despesas processuais e honorários).....	338
1.131. obrigações de trato sucessivo (<i>supra</i> , n. 1.103 – <i>infra</i> , n. 1.153)	338
1.132. obrigações de fazer ou de não fazer	339
1.133. objeto do processo <i>composto</i> (<i>supra</i> , n. 564).....	340
1.134. pedido líquido ou ilíquido (genérico).....	341
1.135. correlação com a causa de pedir e com a <i>causa excipiendo</i>	342
1.136. fatos supervenientes (art. 493 – <i>supra</i> , n. 484).....	345
1.137. correlação com os elementos subjetivos da demanda.....	349
1.138. espécies de processos ou de sentenças – conversões inadmissíveis	351

- 1.139. a correlação nos tribunais..... 354
 1.140. os vícios da sentença por falta de correlação com a demanda... 355

TÍTULO XXII – os resultados do processo civil de conhecimento e sua imunização: coisa julgada material

Capítulo LXXX – coisa julgada

- 1.141. sentenças ou decisões – esclarecimento sistemático e terminológico..... 360
 1.142. imutabilidade e imunização 362
 1.143. a coisa julgada material no plano constitucional 364
 1.144. coisa julgada formal, *preclusão máxima*..... 366
 1.145. ainda sobre as decisões interlocutórias de mérito (art. 356)..... 367
 1.146. momentos de formação da coisa julgada formal..... 369
 1.147. a coisa julgada material e os efeitos substanciais da decisão de mérito – direito processual material..... 371
 1.148. a coisa julgada não é um efeito da decisão (Liebman) 373
 1.149. imutabilidade de todos os efeitos substanciais da decisão de mérito 374
 1.150. decisões suscetíveis ou insuscetíveis de coisa julgada material 375
 1.151. a relativização da garantia da coisa julgada material..... 378
 1.152. a relativização nos Tribunais Superiores e o Código de Processo Civil 380
 1.153. relações jurídicas continuativas e condenações para o futuro.... 382
 1.154. limites objetivos da coisa julgada material 384
 1.155. questões prejudiciais decididas expressamente na sentença ou decisão de mérito (art. 503, § 1º)..... 386
 1.156. limites objetivos e capítulos da decisão de mérito..... 388
 1.157. a função negativa da coisa julgada – impedimento a novo julgamento da demanda..... 388
 1.158. limites subjetivos da coisa julgada material e da eficácia das decisões de mérito..... 391
 1.159. a coisa julgada em relação a terceiros – prejudicialidade (*supra*, n. 543)..... 396
 1.160. extensão da autoridade da coisa julgada: sucessão, substituição processual e solidariedade 397
 1.161. eficácia preclusiva da coisa julgada material 399
 1.162. o último momento útil..... 402
 1.163. o assistente e a *eficácia da intervenção* 403
 1.164. a coisa julgada e as nulidades do processo 404
 1.165. duas coisas julgadas conflitantes..... 405

TÍTULO XXIII – os procedimentos na FASE de conhecimento em primeiro grau de jurisdição

Capítulo LXXXI – procedimentos

1.166. o procedimento e as garantias constitucionais.....	406
1.167. o procedimento-padrão do direito brasileiro e as suas fases.....	407
1.168. o procedimento e a fase de conhecimento – seus elementos estruturais.....	408
1.169. os procedimentos e a tutela jurisdicional (<i>supra</i> , nn. 66 ss.).....	410
1.170. os procedimentos no processo ou fase de conhecimento.....	411
1.171. procedimentos especiais em leis extravagantes – aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.....	413
1.172. procedimentos de cognição sumária e <i>tutela jurisdicional diferenciada</i>	413
1.173. critérios para a instituição de procedimentos-modelo e para a escolha do procedimento adequado.....	414
1.174. erros de escolha e conversão do procedimento (<i>supra</i> , n. 78)...	415
1.175. erro de escolha e prejuízo.....	417
1.176. procedimentos especiais – os que se convertem em comum.....	418
1.177. procedimento comum.....	419

***LIVRO V – O PROCEDIMENTO COMUM
NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO
DE PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO***

TÍTULO XXIV – o procedimento comum

Capítulo LXXXII – as fases do procedimento comum

1.178. o procedimento comum na teoria geral do procedimento (<i>supra</i> , nn. 732-746 e 1.177).....	423
1.179. fases e preclusões.....	425
1.180. fase postulatória.....	426
1.181. fase ordinatória.....	428
1.182. fase instrutória.....	429
1.183. decisão da causa (“fase decisória”).....	431

Capítulo LXXXIII – a petição inicial e a propositura da demanda

1.184. petição inicial, demanda e processo – as duas funções da petição inicial.....	433
1.185. requisitos da petição inicial.....	436
1.186. requisitos formais.....	437
1.187. o juízo a que é dirigida (art. 319, inc. I).....	438
1.188. as partes e sua qualificação (art. 319, inc. II).....	439

1.189. fatos e fundamentos jurídicos do pedido (art. 319, inc. III).....	441
1.190. fatos simples não integram a causa de pedir – somente os fatos jurídicos.....	443
1.191. o pedido com suas especificações (art. 319, inc. IV – <i>supra</i> , nn. 521 ss. e 547 ss.)	445
1.192. interpretação contextual do pedido (<i>supra</i> , n. 1.129)	448
1.193. cúmulo de pedidos (<i>supra</i> , nn. 547 ss.).....	449
1.194. o valor da causa – razões de sua exigência (art. 319, inc. V, c/c art. 291)	454
1.195. a determinação do valor da causa – o critério fundamental e as aplicações específicas.....	458
1.196. controle judicial do valor da causa	460
1.197. protesto por realização de provas (art. 319, inc. VI – <i>supra</i> , n. 965)	461
1.198. endereço do patrono do autor (art. 77, inc. V)	462
1.199. requisitos adicionais para a propositura da demanda: documentos e adiantamento de custas	463
1.200. adiantamento de custas.....	463
1.201. procuração <i>ad judicium</i> e estatuto social	464
1.202. documentos indispensáveis à propositura da ação (art. 320).....	465
1.203. o ajuizamento da petição inicial e seus efeitos (<i>supra</i> , nn. 463-470)	469
1.204. distribuição.....	470
1.205. deferimento ou indeferimento da petição inicial (<i>infra</i> , nn. 1.206 ss.)	471

Capítulo LXXXIV – deferimento ou indeferimento da petição inicial

1.206. o juízo inicial – pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito	472
1.207. deferimento da petição inicial.....	473
1.208. ou deferimento ou <i>diálogo</i>	474
1.209. indeferimento da petição inicial.....	475
1.210. indeferimento parcial	476
1.211. as hipóteses de indeferimento da petição inicial e a possibilidade de seu conhecimento	477
1.212. indeferimento em virtude da carência de ação (<i>supra</i> , nn. 631 e 1.003)	477
1.213. indeferimento por falta de pressuposto processual (<i>supra</i> , nn. 582, 856 e 1.001 ss.)	478
1.214. inépcia da petição inicial – incorreta propositura da demanda ..	479
1.215. os casos de inépcia, segundo o § 1º do art. 330	480
1.216. procedimento inadequado (<i>supra</i> , nn. 1.173-1.175).....	483

1.217. custas e honorários de processo anterior (art. 486, § 2º – <i>supra</i> , n. 513)	484
1.218. vícios de representação (art. 76, § 1º, inc. I)	484
1.219. falta de capacidade de ser parte.....	485
1.220. pressupostos negativos (litispendência, coisa julgada <i>etc.</i>)	486
1.221. controle ulterior (<i>supra</i> , n. 1.020)	486
1.222. decisão, recursos e juízo de retratação	487

Capítulo LXXXV – improcedência liminar

1.223. julgamento liminar do mérito (CPC, art. 332)	489
1.224. âmbito de admissibilidade do julgamento liminar de mérito – reconvenção e denunciação da lide	492
1.225. julgamento liminar <i>parcial</i> de mérito	494

Capítulo LXXXVI – citação

1.226. do conceito à função sistemática e à disciplina legal (<i>supra</i> , n. 776)	495
1.227. citação direta	497
1.228. citação indireta	499
1.229. tendência a ampliar os casos de citação indireta.....	501
1.230. espécies de citação e ordem preferencial entre elas – citação real e citação ficta.....	504
1.231. conteúdo da citação	505
1.232. citação postal (arts. 247-248)	508
1.233. citação postal: limites de sua admissibilidade.....	510
1.234. citação por mandado: aspectos gerais – o mandado	512
1.235. o cumprimento do mandado.....	512
1.236. disposições particulares à citação por mandado	514
1.237. o incidente inicial de insanidade do citando	515
1.238. citação com hora certa (arts. 252-253).....	516
1.239. citação por carta de ordem ou precatória (<i>supra</i> , n. 783)	519
1.240. citação por ato do escrivão ou chefe de secretaria	521
1.241. citação por via eletrônica	521
1.242. citação por edital	522
1.243. citação por mandado ordinária.....	527

Capítulo LXXXVII – audiência de conciliação ou de mediação

1.244. a valorização dos meios de solução consensual de conflitos	528
1.245. a audiência de conciliação ou mediação no quadro do procedimento comum.....	529
1.246. âmbito da exigência da audiência de conciliação ou mediação.	530
1.247. Ministério Público e Fazenda Pública.....	531

1.248. a recusa explícita por ambas as partes – a ausência de uma delas	531
1.249. a realização da audiência e seus possíveis resultados	532
1.250. entre a audiência e a contestação – fluência de prazo para esta.	534
1.251. resistências à implantação da audiência de conciliação ou de mediação	534

Capítulo LXXXVIII – intimações

1.252. da função à disciplina legal (<i>supra</i> , n. 777)	536
1.253. destinatários da intimação	539
1.254. conteúdo	540
1.255. espécies de intimações (modos de intimar).....	541
1.256. intimação aos advogados	542
1.257. intimação de advogado a advogado	544
1.258. intimações às partes ou representantes legais – distinções	545
1.259. ônus de atualizar o endereço e consequência do descumprimento.....	546
1.260. intimações ao Ministério Público, à Fazenda Pública e às Defensorias Públicas.....	548
1.261. intimação a auxiliares eventuais da Justiça e testemunhas	549
1.262. intimação por correio	551
1.263. intimação pelo <i>Diário da Justiça eletrônico</i> e por outros meios eletrônicos	552
1.264. intimação por mandado (art. 275)	553

Capítulo LXXXIX – contestação – resposta do réu à demanda inicial

1.265. a resposta do réu – conceito e espécies – respostas defensivas e não defensivas	554
1.266. a contestação como resposta do réu	556
1.267. âmbito de admissibilidade e efeitos	557
1.268. conteúdo defensivo da contestação (preliminares e mérito).....	559
1.269. os possíveis comportamentos defensivos do réu na contestação	560
1.270. negativa de fatos constitutivos alegados pelo autor	561
1.271. interpretação contextual da contestação.....	562
1.272. negativa da eficácia jurídica dos fatos.....	562
1.273. alegação de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos (art. 350 – <i>supra</i> , n. 606).....	563
1.274. preliminares (art. 337).....	564
1.275. princípio da eventualidade (<i>supra</i> , n. 650)	566
1.276. alegações ulteriores à contestação.....	567
1.277. protesto por provas.....	570

1.278. juntada de documentos.....	571
1.279. procuração e endereço do patrono do réu	572
1.280. requisitos formais gerais e específicos da contestação.....	573
1.281. momento para contestar: prazo de quinze dias úteis.....	574
1.282. início do prazo para contestar	574
1.283. fluência do prazo a partir da citação – a regra fundamental.....	576
1.284. fluência do prazo a partir da citação – as diversas hipóteses	577
1.285. dispensa de citação e antecipação do início do prazo	580
1.286. dimensão dos prazos (<i>supra</i> , n. 804).....	582
1.287. simultaneidade de prazos	583
1.288. início do prazo e efeitos da litispendência	585

Capítulo XC – reconvenção

1.289. conceito e justificação sistemática	587
1.290. a reconvenção como demanda do réu	589
1.291. a reconvenção como conteúdo da contestação.....	591
1.292. pressupostos gerais e pressupostos especiais	592
1.293. pressupostos gerais.....	592
1.294. pressupostos especiais: a conexão.....	594
1.295. espécies de processos e tipos de procedimento.....	596
1.296. pedido contraposto (ações possessórias e juizados especiais) ...	598
1.297. ações dúplices	599
1.298. reconvenções sucessivas	600
1.299. reconvenções subjetivamente ampliativas ou restritivas	601
1.300. reconvenção e substituição processual.....	604
1.301. é admissível reconvir sem oferecer defesa.....	605
1.302. reconvenção e competência	607
1.303. procedimento.....	608
1.304. unidade de processo e autonomia da reconvenção.....	610
1.305. sentença e decisões interlocutórias	611
1.306. encargos da sucumbência.....	614

Capítulo XCI – revelia

1.307. revelia, efeito da revelia e contumácia.....	616
1.308. o revel na relação processual – fluência de prazos.....	617
1.309. revelia ulterior	620
1.310. revelia em caso de citação ficta – os <i>ausentes</i>	621

Capítulo XCII – ônus de contestar e efeito da revelia

1.311. ônus de afirmar e de contestar.....	622
1.312. controvérsia, objeto e ônus da prova	623
1.313. modos pelos quais se cria controvérsia sobre os fatos	625

1.314. o efeito da revelia.....	627
1.315. a dimensão dos arts. 341 e 344 do Código de Processo Civil....	628
1.316. efeito da revelia e ônus da impugnação especificada dos fatos – presunção relativa	629
1.317. alcance da presunção – pontos de fato	631
1.318. exclusões da presunção de veracidade (art. 341, incs. I-III e par. – art. 345, incs. I-IV).....	632
1.319. fatos improváveis, inverossímeis ou impossíveis – fatos em contradição com a prova dos autos	632
1.320. direitos indisponíveis	633
1.321. falta de instrumento indispensável.....	635
1.322. contestação pelo litisconsorte.....	635
1.323. fatos em contradição com a defesa considerada em seu conjun- to	636
1.324. Defensoria Pública, defensor dativo ou curador especial	637
1.325. exclusão extralegal – a notoriedade	638
1.326. presunções, solução extraordinária no sistema	638
1.327. processo de conhecimento ou antecedente.....	641
1.328. casos particulares	642

***Capítulo XCIII – a fase ordinatória e o saneamento do processo –
julgamento conforme o estado do processo***

1.329. a fase postulatória e os pressupostos de admissibilidade do jul- gamento do mérito	644
1.330. entre a fase postulatória e o saneamento do processo.....	646
1.331. a estrutura da fase ordinatória	647
1.332. manifestações do autor – réplica (arts. 350-351).....	648
1.333. especificação de provas (art. 348).....	649
1.334. regularização do processo e do procedimento	651
1.335. julgamento conforme o estado do processo	652
1.336. as hipóteses de extinção do processo e de julgamento antecipa- do do mérito (arts. 354 e 355).....	653
1.337. “da extinção do processo” (art. 354).....	654
1.338. julgamento antecipado do mérito: desnecessidade de provas (art. 355).....	655
1.339. ainda o julgamento antecipado do mérito: excepcionalidade no sistema.....	657
1.340. momentos adequados para a antecipação do julgamento do mérito	658
1.341. o julgamento antecipado parcial do mérito.....	660
1.342. ainda o julgamento antecipado parcial do mérito – cisão do objeto do processo.....	661

1.343. ainda o julgamento antecipado parcial do mérito – disposições específicas	662
1.344. aplicações além das previsões legais	663
1.345. das providências preliminares ao saneamento do processo	665
1.346. o conteúdo do ato de saneamento do processo	665
1.347. estabilização da decisão de saneamento (art. 357, § 1 ^º)	668
1.348. a audiência de saneamento (art. 357, § 3 ^º) – conteúdo e objetivos	668

Capítulo XCIV – prova documental

1.349. o regime da prova documental no Código de Processo Civil	670
1.350. a fonte de prova: conceito de documento.....	671
1.351. as atas notariais	672
1.352. prova emprestada	674
1.353. documento e instrumento	674
1.354. elementos do documento.....	675
1.355. o autor dos documentos.....	675
1.356. documentos públicos ou particulares	676
1.357. documentos autógrafos ou heterógrafos	677
1.358. modo de formação do documento	677
1.359. conteúdo dos documentos	677
1.360. obtenção dos documentos	678
1.361. requisição de documentos (art. 438)	678
1.362. exibição de documento ou coisa (arts. 396-404).....	680
1.363. cont.: em face da parte contrária	681
1.364. cont.: em face de terceiro (arts. 401-403)	683
1.365. eficácia probatória dos documentos	685
1.366. eficácia probatória dos documentos públicos.....	687
1.367. fé pública.....	687
1.368. eficácia probatória dos documentos particulares	688
1.369. cessação da eficácia probatória dos documentos	689
1.370. autenticidade, autenticação e controvérsia.....	690
1.371. arguição de falsidade documental (arts. 430 ss. – <i>supra</i> , nn. 1.089 e 1.093)	691
1.372. falsidade do documento ou da assinatura.....	693
1.373. declaração <i>incidenter tantum</i> ou <i>principaliter</i>	694
1.374. ônus da prova na arguição de falsidade documental.....	695
1.375. o incidente de arguição de falsidade	695
1.376. produção da prova documental (meio de prova).....	698

Capítulo XCV – prova pericial

1.377. perícia.....	701
---------------------	-----

1.378. admissibilidade	702
1.379. prova técnica simplificada	704
1.380. espécies de perícias	706
1.381. sobre as fontes de prova e sua disponibilidade	706
1.382. os autores da prova: o perito	708
1.383. os autores da prova: os assistentes técnicos	710
1.384. o meio de prova: seus <i>momentos</i> (<i>supra</i> , n. 965).....	711
1.385. quesitos	712
1.386. os trabalhos, o laudo do perito e os pareceres dos assistentes técnicos – prazos para a entrega.....	712
1.387. o conteúdo do laudo pericial – adstrição ao objeto da perícia – sem considerações de ordem jurídica.....	714
1.388. críticas ao laudo, quesitos suplementares e pedido de esclare- cimentos	714
1.389. valoração da prova pericial – segunda perícia	715

Capítulo XCVI – inspeção judicial

1.390. conceito, objeto e extensão	717
1.391. momentos da prova	718

Capítulo XCVII – prova testemunhal

1.392. três inovações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015	720
1.393. o meio e a fonte de prova	721
1.394. admissibilidade e eficácia.....	721
1.395. a testemunha como fonte de prova.....	724
1.396. testemunhas incapazes, impedidas ou suspeitas	725
1.397. contradita.....	727
1.398. a testemunha na relação processual	728
1.399. deveres de comparecimento, depoimento e veracidade.....	728
1.400. direitos e prerrogativas.....	730
1.401. o número de testemunhas	731
1.402. a prova testemunhal como meio de prova: seus momentos	731
1.403. propositura e admissão da prova testemunhal.....	732
1.404. substituição de testemunha, testemunhas referidas, acareação ..	733
1.405. a preparação da prova testemunhal: intimações.....	733
1.406. a realização da prova testemunhal: lugar e hora	735
1.407. modo de realização da prova testemunhal	736

Capítulo XCVIII – depoimento pessoal

1.408. conceito e finalidades – eficácia probatória	739
1.409. admissibilidade	740
1.410. as partes como fontes de prova	741

1.411. ônus de depor e “pena de confesso”	741
1.412. propositura, admissão e preparação do depoimento pessoal.....	743
1.413. realização da prova.....	744

Capítulo XCIX – a confissão e os fatos

1.414. confissão e prova – declaração de conhecimento.....	746
1.415. a confissão não é um meio de prova	747
1.416. não é um negócio jurídico	747
1.417. judicial ou extrajudicial, espontânea ou provocada	750
1.418. a eficácia da confissão, o objeto da prova e o livre convencimento judicial.....	751
1.419. a confissão, os fatos e os direitos	752
1.420. eficácia da confissão – disposições particulares.....	754
1.421. a indivisibilidade da confissão na legislação anterior.....	757

Capítulo C – audiência de instrução e julgamento

1.422. conceito, função e conteúdo.....	758
1.423. estrutura.....	761
1.424. proclamação pelo juiz e pregão inicial	762
1.425. conciliação	762
1.426. instrução oral.....	763
1.427. sentença.....	765
1.428. memoriais.....	766
1.429. conversão do julgamento em diligência.....	766
1.430. incidentes e decisões em audiência.....	767
1.431. documentação da audiência	768
1.432. a unidade da audiência e casos de interrupção.....	768
1.433. adiamento da audiência de instrução e julgamento.....	769
1.434. ausências	771
1.435. ciência da nova designação (interrupção, adiamento ou antecipação da audiência).....	775

Capítulo CI – a sentença como ato do procedimento

1.436. conceito – extinção da fase cognitiva em primeiro grau de jurisdição (<i>supra</i> , nn. 763-764).....	776
1.437. de mérito ou terminativa	778
1.438. requisitos formais da sentença	779
1.439. requisitos de modo	779
1.440. estrutura formal da sentença (art. 489) – sua formação lógica ..	780
1.441. relatório	782
1.442. motivação (<i>supra</i> , n. 131)	783
1.443. questões resolvidas na motivação da sentença.....	786

1.444. dispositivo (ou decisório).....	787
1.445. capítulos de sentença e o dogma da unidade desta	790
1.446. decisões no julgamento da causa – o julgamento antecipado parcial do mérito	795
1.447. momentos para a prolação da sentença	797
1.448. lugar	801
1.449. publicação e ciência	801
1.450. interpretação das decisões (<i>supra</i> , n. 1.066) – métodos interpretativos e interpretação contextual.....	802
1.451. defeitos da sentença	809
1.452. sentença inexistente.....	809
1.453. sentença nula (<i>supra</i> , n. 837)	810
1.454. sentença ineficaz	812
1.455. convalidação das sentenças nulas (<i>supra</i> , n. 846).....	813
1.456. correção da sentença	814
1.457. correção informal	814
1.458. embargos de declaração	815
1.459. apelação e outros recursos.....	817
1.460. devolução oficial	819
1.461. reclamação	820
1.462. ação rescisória	821
1.463. impugnação ao cumprimento de sentença (art. 525, § 1º, inc. I).....	821

LIVRO VI – PROCESSOS DIFERENCIADOS

TÍTULO XXV – as tutelas jurisdicionais diferenciadas no sistema do processo civil brasileiro

Capítulo CII – tutelas jurisdicionais diferenciadas

1.464. tutela jurisdicional diferenciada e processos diferenciados (<i>supra</i> , n. 75).....	825
1.465. os processos diferenciados no sistema processual civil brasileiro	828

Capítulo CIII – processo monitorio

1.466. processo diferenciado e não procedimento especial	831
1.467. estrutura e características básicas – duas fases – os embargos ..	834
1.468. admissibilidade: objeto	836
1.469. sujeitos	837
1.470. correta propositura da demanda – documentos.....	838
1.471. documento idôneo	839
1.472. documento que não caracterize título executivo.....	841

1.473. fase monitória – propositura da demanda	843
1.474. pedido certo e determinado (arts. 322 e 324).....	844
1.475. juízo inicial de admissibilidade.....	845
1.476. mandado de pagamento, de entrega ou de cumprimento de obrigação de conduta	846
1.477. ação rescisória, coisa julgada material e decisão de mérito	848
1.478. citação e intimação.....	850
1.479. as três possíveis condutas do réu.....	851
1.480. o cumprimento voluntário e a dispensa das custas	851
1.481. embargos ao mandado monitório.....	852
1.482. partes nos embargos ao mandado.....	855
1.483. cognição plena.....	856
1.484. ônus da prova	857
1.485. natureza e efeitos da sentença proferida nos embargos ao man- dado	858
1.486. recursos	860
1.487. o título executivo e a fase executiva	861
1.488. liquidação de sentença	862
1.489. inadmissível a impugnação ao cumprimento de sentença	863

TÍTULO XXVI – tutela jurisdicional provisória

Capítulo CIV – aspectos gerais

1.490. entre a tutela jurisdicional definitiva e a provisória – o fator tempo.....	865
1.491. provisoriedade e irreversibilidade.....	867
1.492. a disciplina da tutela provisória no Código de Processo Civil...	868
1.493. medidas urgentes e o tempo inimigo.....	870
1.494. tutela da evidência.....	871
1.495. a probabilidade da existência do direito (<i>fumus boni juris</i>).....	871
1.496. tutela antecedente ou incidente	872
1.497. competência	873
1.498. por iniciativa de parte ou de ofício	874
1.499. a efetivação da tutela provisória.....	877
1.500. cessação da eficácia das tutelas provisórias	879
1.501. responsabilidade objetiva do beneficiário da tutela provisória ..	881

Capítulo CV – tutelas de urgência

1.502. tutelas de urgência e o tempo inimigo	884
1.503. distinção entre tutela cautelar e tutela antecipada.....	885
1.504. ainda a distinção – considerações particulares.....	886
1.505. em processo de conhecimento ou na execução.....	887

1.506. conversibilidade	888
1.507. os requisitos do <i>periculum in mora</i> e do <i>fumus boni juris</i>	889
1.508. <i>periculum in mora</i>	890
1.509. juízo do mal maior e juízo do direito mais forte	891
1.510. o <i>fumus boni juris</i>	892
1.511. a dimensão do requisito do <i>fumus boni juris</i>	893
1.512. interação entre o <i>fumus boni juris</i> e o <i>periculum in mora</i>	894

Capítulo CVI – tutela da evidência

1.513. conceito e enquadramento sistemático	896
1.514. as hipóteses legais e os valores determinantes da tutela da evidência	898
1.515. tutela da evidência concedida liminarmente	900

Capítulo CVII – a disciplina procedimental das tutelas provisórias e a estabilização dos efeitos da tutela antecipada

1.516. as tutelas provisórias incidentais	902
1.517. os procedimentos referentes às tutelas provisórias antecedentes	903
1.518. o procedimento referente à tutela antecipada antecedente	903
1.519. o procedimento referente à tutela antecipada de natureza cautelar	905
1.520. estabilização da tutela antecipada	906